

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME III

LVII
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

ARROLAMENTO DAS FONTES HISTÓRICAS DO
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL
— ACRE — (*).

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS
da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São
José dos Campos (SP).

INTRODUÇÃO.

Em agosto-setembro de 1971 fomos convidados pela Coordenação do Projeto Rondon da Área de Campinas para integrar a Equipe, que estagiou no *Campus* Avançado de Cruzeiro do Sul no Acre, onde a Universidade Estadual de Campinas tem a sua extensão.

A nossa intenção ao fazer o levantamento das fontes históricas de Cruzeiro do Sul, foi colaborar com a Universidade em foco e com a Sociedade de Estudos Históricos no seu plano de anotar e divulgar as fontes primárias para a História e de poder auxiliar futuros historiadores que desejam pesquisar a História daque a região.

DADOS GERAIS.

Situação Geográfica.

Área física do mais ocidental município brasileiro é de 31.312 km², o segundo do Acre em extensão, maior que Sergipe e Alagoas.

Posição da sede do Município.

Cruzeiro do Sul está localizado na zona fisiográfica do Vale do Juruá, limitando-se ao Norte com o Município de Ipixuna no Estado do Amazonas, a Este com o Município de Tarauacá e ao Sul e Oes-

(*). — Comunicação apresentada na 4.^a sessão de estudos, Equipe D-1, no dia 4 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

te, com a República do Perú. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 7°37'45" de latitude sul, e 72°39'59" de longitude W.Gr. Altitude da sede — 188 metros.

DISTÂNCIAS EM LINHA RETA DE CRUZEIRO DO SUL.

	<i>AÉREA</i>	<i>TEMPO</i>	<i>FLUVIAL</i>	<i>TEMPO</i>
Rio	4049 km	16 horas	8947 km	32 dias
Tarauacá	450 km	1,20 horas	2189 km	4 dias
Rio Branco	588 km	3,20 horas	5830 km	22 dias
Brasília	3334 km	13,10 horas	—	—

*

ESTRUTURA GEOLÓGICA.

“A região é ocupada por rochas Pré-Cambrianas e Mesosóicas. Nos vales dos Rios e igarapés, existem coberturas de um manto e aluvional, resultando do transporte dos sedimentos, da composição, desagregação das rochas pré-existentes. Em vastas áreas é comum a presença de laterita e nos leitos dos rios há formação de sedimentos recentes, arenito ferruginoso, grosseiros.”

“Nas zonas de rochas pré-cambrianas, distingue-se: uma densa área que se desenvolve nas partes sul, oeste e norte do município, formada por diversos tipos de gnaisses, constituindo o embasamento cristalino da região; outra área bastante ampla, que se desenvolve ao leste da Serra de Contamana e onde ocorrem rochas metamórficas diversas, com predominância de anfibólitos; nas partes imediatamente a Sudeste de Contamana e à margem do Rio Juruá, confrontando com rios Moa-Juruá Mirim e seguindo na direção norte noroeste até atingir a planície aluvional do rio AMAZONAS, ocorrem quartzitos e filitos; por fim, áreas do sul entre os rios Moa-Juruá Mirim formando o rio Juruá, ocupadas por ardósios, com caráter conglomerático, às vezes predominante”.

“Atravessando estas rochas, existem grandes massas de granitos, ocupando as extensas áreas. Cortando, inclusive os granitos, são encontrados diques de diabásio”.

“As rochas Pré-Cambrianas de Cruzeiro do Sul fazem parte da porção Sudeste do Escudo Sul Amazônico, sobre eles, se assentam as camadas arenosas e argiloarenosas, da FORMAÇÃO Contamana (serra da Contamana onde ocorrem as camadas mesosóicas). Foram constatadas diques de diabásio atravessando os arenitos da FORMAÇÃO Contamana, na região do Rio Moa e aca-beceiras do Rio Juruá Mirim.”

As massas graníticas são a fonte de cassiterita.

*

POTAMOLOGIA.

Todos os cursos d'água do Município pertencem à bacia do Juruá (1), para cuja corrente fluem, numa e noutra margem, mais ou menos paralelos, grande número de braços, formando uma rede fluvial que contribui para facilitar as comunicações entre a sua sede e todos os seringais e recantos mais longíquos.

Os tributários da margem esquerda, descem da vertente oriental da cordilheira de Contana e do divisor de águas de Ucayale com o Juruá, os da margem direita promanam das terras altas que separa o Município da bacia de Tarauacá, sendo que os denominados Valparaizo e Campinas brotam da vertente ocidental do rio Liberdade, nascendo o Lagoinha da vertente setentrional do Valparaizo.

O Juruá nasce no Cerro das Mercês, na República do Perú, na altitude de 453 metros acima do nível do mar, com o nome de Paxiúba que se une pouco adiante ao Salambé, formando o Tereluque, o qual, após receber o Piqueyaco, passa a denominar-se Hiruba ou Juruá. É tortuoso tendo rumo geral N., até a confluência do Vacapistéa, onde vira para N.E. direção que conserva até penetrar no território amazonense, com um curso de 798 km, sendo 308 em território peruano, e 490 no Município, lançando-se no Amazonas ou Solimões, após grandioso percurso de 3.283 km. Na margem esquerda são seus afluentes, o Móa, que atravessa uma extensa zona cheia de seringais no rumo do E., desembocando pouco acima da cidade de Cruzeiro do Sul, recebendo vários afluentes, numa e outra margem, sendo o mais importante o Azul, também conhecido por Riozinho, que desagua em sua margem direita; o Paraná dos Mouras, menor que o Móa; o Juruá-Mirim, que tem como principal tributário o Rio Branco; o Ouro Preto, cujo afluente, o Formoso, tem duas cachoeiras de dois metros de altura; o rio Minas, o Amônea, cuja direção difere das dos rios descritos, por se orientarem de O. para E., ao passo que este segue, em geral, o rumo N.E., e o Araras, nascendo os dois últimos, em território peruano.

Na margem direita do Juruá desembocam: o Campinas, que separa o Município, do de Tarauacá, e Lagoinha que nascem neste Município e desembocam no de Eirunepé, no Estado do Amazonas; Valparaizo, todo no Município de Cruzeiro do Sul; o Amuácas, conhe-

(1). — *Rio Juruá* — João da Cunha Correia foi o primeiro civilizado que subiu o Rio Juruá, fato ocorrido em 1860. Era Diretor de Índios, e sua exploração foi feita por determinação da Capitania do Rio Negro.

cido também por Riozinho do Humaitá, que vem das terras altas que separam as Águas do Tejo, do Liberdade, tendo mais ou menos a direção do anterior; N.O., o Natal, o Grajaú, o Tejo que tem o rumo dos anteriores e é o maior tributário desta margem, rivalizando com o Môa, e recebe as águas de inúmeros Igarapés, destacando-se entre eles o denominado Pedro Gomes; o Acuriá, o São João, o Cai-pora e o Breu, que serve de limite entre o Brasil e o Perú.

*

LAGOS.

Não existem no Município lagos formados por depressões, o que se poderia chamar lagos naturais. Todos os existentes são formados por desvio dos cursos dos rios, abandonando curvas, mais ou menos longas, para seguir retas; formando aterros na entrada e saída da curva; alguns para isso, tiveram a contribuição de homens através de escavações para facilitar o serviço da correnteza. Alguns desses lagos chegam a ter até seis km de extensão e são de grande valor econômico para os habitantes, visto que os mesmos se tornam piscosos.

*

FÓSSEIS.

No leito do Juruá, em águas do distrito de Thaumaturgo, à altura do Seringal Triunfo, a cerca de 259,2 km de Cruzeiro do Sul, existe um depósito natural de fósseis, onde, em estado de completa petrificação, se tem retirado grande quantidade de peças de esqueleto animal, as quais, pelo tamanho desproporcional, em relação aos animais existentes na região, percebe-se tratar de ossadas de animais que existiram em outros períodos da história geológica.

*

GEOLOGIA.

Quase toda extensão territorial do Município está coberta por densa vegetação tropical numa proporção aproximada de 90% e é constituída por duas partes distintas, a parte baixa, isto é, as zonas marginais dos rios, lagos e paranás, cujas águas inundam na época invernososa que vai de janeiro a abril, com algumas alterações para mais e para menos; e a parte alta, chamada *terra firme*, isto é, terra que não alaga, como vulgarmente se diz. Esta é sempre formada por morros irregulares e descontínuos. A principal elevação é a Serra do Môa nas cabeceiras do rio do mesmo nome, aproximadamente com 500 metros acima do nível do mar, enquanto que a séde do Município está a 188 metros de altitude. Nas regiões das bacias dos rios Môa e Juruá-Mirim estudadas pela extinta Comissão do Petróleo, que lá trabalhou, atestou que os terrenos são constituídos por rochas se-

dimentares, excluída uma pequena área no alto da Igarapé Capanauá, tributário do Môa, onde se assinala a presença de rochas eruptivas. Na Serra Môa, as rochas sedimentares ultrapassam, em determinados locais a 478 metros de profundidade. O tipo do solo principal é o argilo-siliquoso. Calcula-se que 90% do solo do Município é constituído por rochas sedimentares e o restante por rochas eruptivas.

*

ASPECTO GERAL DA VEGETAÇÃO.

Aproximadamente 90% da área-territorial do Município é recoberta por densa floresta tropical.

A parte dele que não esta coberta de floresta milenária, é aquela em que o homem, a terçado e a machado fez tombar árvores seculares para construir a cidade, a vila, e os roçados, alguns dos quais se transformaram depois em pequenos campos de criação.

Na parte florestal, está a importante *Serigueira Nativa*, razão de ser do povoamento da região pelos nordestinos, nas últimas décadas do século passado.

Pelo porte podemos chamar de *Gigante da Floresta*, a Samaureira (samaúma), árvore colossal das bombáceas, ramos destendidos quase horizontalmente por sobre toda a mataria, parece tentar defender a selva contra a intromissão do homem.

Por toda a parte do Município eleva-se a estirpe das mais variadas palmeiras, como sejam: burití, açaí, patuá, bacaba, pupunha; além dessas de que se extraem finíssimos óleos, há ainda outras como: itucumam, joarí, jascí, ouricurí, anajá, cocão.

*

CLIMA, TEMPERATURA E SALUBRIDADE.

Importante é se dizer que, a temperatura que atinge ao mínimo, faz registrar quase que de súbito, no período das máximas. As estações seca e invernosas se sucedem em curtíssimos espaços; admitindo-se mesmo que não há estação seca propriamente dita e, sim, época de chuvas abundantíssimas e épocas de menos chuvas sendo que os meses comumente secos são julho e agosto; no entanto, já se tem verificado chuvas em abundância nestes meses. Com bastante clareza se nota a elevada umidade do ar e o calor constante na passagem do inverno e verão; porem a constante ventilação suavisa as quadras úmidas e quentes.

A inconstância da temperatura nesta região, é naturalmente nociva à disposição física do homem. Não obstante a tudo isso, o Mu-

nicípio é incontestavelmente salubre, pois, se com a deficientíssima alimentação, poucos recursos médicos, precárias condições de higiene, não fosse algo que faz valer a salubridade, por certo não seria possível a vida humana na região, tendo ainda a encarar-se que se verifica absoluta falta de sais minerais. As temperaturas máximas e mínimas verificadas em 1952 foram as seguintes: máxima 36,2 — mínima 11,2. Entretanto no ano de 1969 apresentou as seguintes modificações: média máxima, 36º e mínima 18,6º.

Em 1971 houve fusão da Campanha de Erradicação da Malária (CEM), com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), originando a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM).

Seguem tabelas coletadas no Município de Cruzeiro do Sul nos setores IBGE e Ministério da Saúde.

FUNDAÇÃO IBGE-IBE
DELEGACIA DE ESTATISTICA NO ACRE
RESULTADOS PRELIMINARES DO CENSO DEMOGRAFICO —
PESSOAS RECENSEADAS EM 1/09/1970 (*).

<i>Municípios</i>	<i>Prédios</i>	<i>Habitantes</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Presentes</i>	<i>Não moradores</i>
Brasiléia	2.425	12.500	6.392	5.914	194	
Cruzeiro do Sul	8.249	44.193	22.335	21.333	525	
Feijó	3.023	15.862	8.314	7.548	—	
Sena Madureira	4.025	22.898	11.969	10.680	249	
Tarauacá	4.343	24.057	12.492	11.524	41	
Xapurí	2.661	13.627	6.994	6.347	286	
RIO BRANCO	16.553	84.588	43.939	40.138	511	
ESTADO	41.279	217.725	112.435	103.484	1.806	

(*) . — Dados sujeitos a retificação.

QUADRO DE DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS NO DECÊNIO 1960-1970.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		Diferença para + ou para —	DOMICÍLIOS		Diferença para + ou para —
	1970 (1)	1960		1970 (1)	1960	
Brasiléia	12.500	10.423	+ 2.077	2.291	1.897	+ 394
Cruzeiro do Sul	44.193	31.189	+ 13.004	7.787	5.691	+ 2.095
Feijó	15.862	13.990	+ 1.872	2.865	2.610	+ 255
RIO BRANCO	84.588	47.437	+ 37.151	16.210	9.020	+ 7.190
Sena Madureira	22.898	22.483	+ 415	4.242	3.835	+ 407
Tarauacá	24.057	20.074	+ 3.983	3.879	3.600	+ 279
Xapurí	13.627	13.256	+ 371	2.508	2.405	+ 43
ESTADO	217.725	158.852	+ 58.852	39.782	29.118	+ 10.664

MINISTÉRIO DA SAÚDE — COMPANHIA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA
COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE — DISTRITO II
OPERAÇÕES DE INSETICIDA — 1969.

1.º CICLO

N.º de Ordem	MUNICÍPIO	Localidades		CASAS NÃO BORRIFADAS PENDÊNCIAS					Casas Visitadas	Habitantes Protegidos	
		Concluídas	Casas Borrifadas	Recusas	Fechadas	Total	%	+NB			Total
01	CRUZEIRO DO SUL	171	7.809	64	203	267	3,4	319	586	8.395	35.835
02	FEIJÓ	66	2.682	30	31	61	2,2	124	185	2.867	12.596
03	EIRUNEPÉ	53	2.099	17	54	71	3,0	33	104	2.203	9.245
04	ENVIARA	40	1.517	8	20	28	1,8	22	50	1.567	6.162
05	IPIXUNA	53	2.250	11	12	23	1,0	12	35	2.285	10.274
06	TARAUACÁ	138	4.086	60	188	248	6,0	166	414	4.500	19.907
	TOTAIS	521	20.443	190	508	698	3,4	676	1374	21.817	94.019

MINISTÉRIO DA SAUDE — COMPANHIA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA
 COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE — DISTRITO II
 OPERAÇÕES DE INSETICIDA — 1969.

CASAS NÃO BORRIFADAS

N.º de Ordem	MUNICÍPIO	Localidades Concluídas	Casas Borrifadas	Recusas	PENDÊNCIAS				Casas Visitadas	Habitantes Protegidos	
					Fechadas	Total	%	+NB			
01	CRUZEIRO DO SUL	149	7.052	61	153	214	3,3	323	537	7.589	32.759
02	FEIJÓ	67	2.544	33	48	81	3,1	191	272	2.816	12.914
03	EIRUNEPÉ	55	2.224	38	9	47	2,1	71	118	2.342	10.546
04	ENVIRA	42	1.596	24	23	47	2,9	7	54	1.650	6.306
05	IPIXUNA	53	2.241	21	30	51	2,2	5	56	2.297	9.908
06	TARAUACÁ	104	3.513	67	332	399	11,2	177	576	4.089	17.585
	TOTAIS	470	19.170	244	595	839	4,3	774	1613	20.783	90.018

MINISTÉRIO DA SAUDE — COMPANHIA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA
 COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE DISTRITO II
 OPERAÇÕES DE INSETICIDA — 1969

1.º CICLO

N.º de Ordem	MUNICÍPIO	Localidades Concluídas	Casas Borrifadas	Recusas	CASAS NÃO BORRIFADAS				Casas Visitadas	Habitantes Protegidos	
					Fe chadas	Total	%	+NB			
01	CRUZEIRO DO SUL	152	6.812	71	114	185	2,6	364	549	7.361	32.746
02	EIRUNEPÉ	39	1.503	19	14	33	2,1	90	123	1.626	6.920
03	ENVIRA	37	1.366	8	17	25	1,0	30	55	1.421	5.530
04	FEIJÓ	59	2.242	58	74	132	5,5	127	259	2.501	9.983
05	TARAUACÁ	111	3.103	46	76	122	3,7	146	268	3.371	16.321
06	IPIXUNA	38	1.464	16	9	25	1,6	32	57	1.521	7.160
	TOTAIS	436	16.490	218	304	522	3,0	789	1311	17.801	78.660

MINISTÉRIO DA SAÚDE — COMPANHIA DE ERRADICAÇÃO DA MALÁRIA
 COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE — DISTRITO II
 OPERAÇÕES DE INSETICIDA — 1969.

2.º CICLO

N.º de

Ordem MUNICÍPIO

Localidades Casas

CASAS NÃO BORRIFADAS

Concluídas Borrifadas Recusas Fe

PENDÊNCIAS

chadas Total % +NB

Total

Casas

Habitantes

Visitadas

Protegidos

01	CRUZEIRO DO SUL	170	7.743	54	63	117	1,5	240	357	8.100	36.436
02	EIRUNEPÉ	46	1.961	4	8	12	0,6	38	50	2.011	8.850
03	ENVIRA	31	1.192	9	4	13	1,0	17	30	1.212	4.671
04	FEIJÓ	64	2.661	47	37	84	3,0	122	206	2.861	12.065
05	TARAUACÁ	83	2.789	43	51	94	3,2	151	246	3.034	13.942
06	IPIXUNA	41	1.699	17	1	18	1,0	28	46	1.745	8.419
	TOTAIS	435	18.035	174	164	338	1,8	596	934	18.963	84.383

+NB -- Casas NÃO BORRIFÁVEIS (templos, escolas, depósitos, etc.)

MINISTÉRIO DA SAUDE
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS
 CIRCUNSCRIÇÃO ACRE — POSTO DE CRUZEIRO DO SUL
 MOVIMENTO LABORATÓRIO — 1970.

MES	Exames Realizados	Exames Positivos	Espécies Encontradas				Exa- mes Ne- ga- tivos	
			AL	NA	TT	SS	Ou- tras	tivos
Janeiro	184	171	128	104	41	6	8	13
Fevereiro	71	63	51	19	13	2	2	8
Março	132	111	91	85	75	16	5	21
Abril	225	219	143	129	72	8	2	6
Maiο	143	135	90	83	45	6	5	8
Junho	96	93	47	40	30	5	4	3
Julho	180	162	127	98	50	25	16	18
Agosto	143	133	105	75	41	15	9	10
Setembro	174	153	111	102	50	5	6	21
Outubro	196	176	141	109	65	3	17	20
Novembro	175	156	112	95	46	4	6	19
Dezembro	363	323	153	189	86	10	12	40
TOTAL	2.082	1.895	1.299	1.128	614	105	92	187

MINISTÉRIO DA SAÚDE — CAMPANHA DE IRRADIAÇÃO DA MALÁRIA
COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE — DISTRITO II
OPERAÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA — ANO 1969 — DADOS POR MUNICÍPIO

N.º de Ordem	MUNICÍPIO	Amostras Examinadas			Amostras Positivas					% de Positi- vidade
		BP	BA	Total	Total	P.Falc.	P.Vivax	P.Malar	F+V	
01	CRUZEIRO DO SUL	2.375	1.922	4.297	387	269	110	3	5	9,0
02	TARAUACÁ	409	552	961	211	156	45	4	6	21,9
03	FEIJÓ	8	680	688	67	49	15	2	1	9,7
04	EIRUNEPÉ	92	178	270	0	0	0	0	0	0,0
05	IPIXUNA	101	53	154	26	15	11	0	0	18,1
06	ENVIRA	14	151	135	11	8	2	0	1	8,1
	TOTAIS	2.999	3.506	6.505	702	497	183	9	13	10,7

OBSERVAÇÕES:

BP — *BUSCA PASSIVA*: lâminas colhidas em postos de notificação (Colaboração voluntária)

BA — *BUSCA ATIVA*: lâminas colhidas diretamente pelo Guarda da CEM

P.FALCIPARUM — espécie causadora da terçã maligna

P.VIVAX — espécie causadora da terçã benigna

P.MALARIS — espécie causadora da quartã

F+V — falciparum + vivax (infecção mista)

MINISTÉRIO DA SAÚDE — CAMPANHA DE IRRADIAÇÃO DA MALÁRIA
COORDENAÇÃO REGIONAL II — SETOR ACRE — DISTRITO II
OPERAÇÕES DE EPIDEMIOLOGIA — ANO 1970 — DADOS POR MUNICÍPIO

N.º de Ordem	MUNICÍPIO	Amostras Examinadas			Amostras Positivas					% de Positi- vidade
		BP	BA	Total	Total	P.Falc.	P.Vivax	P.Malar	F+V	
01	CRUZEIRO DO SUL	2.402	2.208	4.610	63	24	39	0	0	1,3
02	TARAUACÁ	189	409	598	56	27	24	4	1	9,3
03	FEIJÓ	0	634	634	53	34	17	2	0	8,3
04	EIRUNEPÉ	52	404	456	2	0	2	0	0	0,4
05	IPIXUNA	76	569	644	12	3	9	0	0	1,8
06	ENVIRA	13	43	56	0	0	0	0	0	0,0
	TOTAIS	2.732	4.267	6.999	189	88	91	6	1	2,6

FAUNA.

Enorme é a variedade de animais existentes na floresta e nos rios do Município de Cruzeiro do Sul, apontando-se entre eles os seguintes:

QUADRUPÉDES DIVERSOS — anta (*Tapirus Americanus* ou *Tapirus Terrestris* (Lin.)) caitetú (*Tayassu tajacu* (Lin.)), capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris* (Lin.)), cutia (*Dasyprocta aguti* (Lin.)), cutiara, também conhecida por cutiayá (*Dasyprocta acouhy* (Lin.)), guaxini ou guaxinim (*Procyon cancrivorus* (Humb.)), lontra (*Lutra paraensis* (Humb.)), maracajá (*Felix* (Wiedi) ou (*Felis pardaus* (Lin.)), mucura ou gambá (*Didelphis aurita* (Humb.)), onça (*Felis onssa* (Lin.)), paca (*Coelogenis paca* (Humb.) ou (*Cunuculus paca* (Lin.)), preguiça, também conhecida por “aí” (*Choloenus didactylus* (Humb.) ou (*Bradypus tridactylus* (Lin.)), queixada (*Tayassu albigrestris* (Humb.)), ou (*Tayassu pecari* (Lin.)), tamanduá (*Tamandua Tetradactyla* (Humb.)), tatú (*Phlebotomus Squamiventris* (Lin.)) e veado (*Mazama rondoni* (Illig.)). Damos enfoque especial aos macacos: acari (*Brachyurus rubicundus* (Cuv.)), barrigudo (*Lagothrix* (Wied.)), boca branca (não consta nomenclatura científica), de cheiro (*Saimiri sciureus* (Lin.)), coatá (*Atelas paniscus* ou *Athes chuya* (Humb.)), guariba, também conhecido por capelão ou padre-mestre (*Alouatta* (Kuhl.)), parauacú, também conhecido por “macaco-cabeludo” (*Pithecia monachus* (Humb.) e prego (*Cebus macrocephalus* (Kuhl.)).

AVES E PÁSSAROS — andorinha (*Phaeoprogne tapera* (Lin.)), arara, grande variedade, chamando atenção (*Aramacoa* (Lin.)) e (*Ara chloroptera* (Gray)), bacurau ou João-Corta-Pau (*Chordeiles Rupestris* (Spix)), Benteví (*Pitangus sulphuratus* (Lin.)), Carará ou anhinga (*Plotus anhinga* (Wied)), coruja (*Speotyto cunicularis* (Temm.)), cujubim (*Pipile pipile cujubi* (Pelz)), garça (*leucophoyx candissima* (Molina)), gavião real (*Harpyia harpyia* (Lin.)), guará (*Eudocismus ruber* (Lind.)), inhambú ou inambú (*Crypturus strigulosus* (Goeldi)), jaburu (*Jabiru mycteria* (Licht)), jacamim (*Psophia crepitans* (Lin.)) jacu (*Cracideos penelope* (Goeldi)), japiim sanhasú, conhecido no sul do país como xexeu (*Cacicus Cela* (Lin.)), maguari (*Ardea cocoi* (Lin.)), maracanã (*Ara maracana* (Vieilh.)), mergulhão (*Sula leucogastra* (Ilhering)), mutum (*Mitu mitu* (Lin.)), papagaio ou araganga, (*Amazonas aestiva* (Goe'di)), patativa (*sporophila plumbea* (Wied.)), pavão (*Pavo cristatus* (Lin.)), pipira, sanhasú do sul do país (*Tanagra ornata* (Boie)), pato selvagem (*Sar-*

kidiornis sylvicola (Goeldi), rola (*Uropelia campestris* (Spix), rouxinol ou soffrê (*icterus cayanensis* (Lin.)), sabiá (*Turnus amaurochalinus* (Caban e Neiva), socó (*Botaurus pinnatus* (Ilhering)), uiarapurú, é considerado como eficaz talisman para acarretar venturas a quem o possua (*Leucolepiea motulatos* (Ilhering)).

RÉPTEIS — aráramboia (*Boa canina* (Ilhering)), camaleão (*Chamaleon vulgaris* (Cuv.)), caninana (*Spilotus pullatus* (Lin.)), coral (*Elaps corallinus* (Wied.)), cutimbóia (*Chironius carinatus* (Lin.)), gibóia (*constrictor constrictor* (Lin.)), sinônimo de cobra-de-veado, jacarerana, lagarto da família dos Teíidas (*Crocodilurus lacertinus* (Spix)), jacaretinga, também conhecido de jacaré-de-óculos (*Caiman sclerops* (Schn.)), jararaca (*Bothrops jararaca* (Wied.)), lagarto (*Tupinambis teguixin* (Humb.)), para-vento, também chamado camaleão (*Iguara tuberculata* (Wied.)), chega a atingir 190 cm., salamanta — cobra semelhante à gibóia, com que é confundida, mas com veneno que rivaliza com o da cascavel (*Epicrates cenchrus* (Gomes)), sucuri (*Eunectes murinus* (Lin.)), *sucurijú* (vide sucuri) e surucucu (*lachesis muta* (Lin.)), etc. . . .

PEIXES — os lagos e rios de Cruzeiro do Sul, são geralmente piscosos encontrando-se os mesmos espécimes dos rios da Amazônia: acarauaçu, acará ou cará (*Astronotus ocellatus* (Agass.)), curimatã ou curumbatã (*Anodus am* (Spix)), jacundá (*crenicipila johanna* (Heck.)), jaraquí ou jerequí, família Charácidos, gênero *Prochilodus* (Humb.), jundiá, origem indígena NHAMDIA, gênero *Rkandia*, (Spix), mandí (*Pimelodus clarias* (Lin.)), matrinhã ou matrinxão (*Brycon brevicaudatus* (Gunther)), pacú, também conhecido por tambaqui (*Myloplus Schomburkii* (Jard.)), peixe boi (*Trichechus inunguis* Desmaret), pescada (*Crynoscion Virescens* (Cuv.)), piaba ou piava (*Leporinus* (Spix)), pirapitinga (vide pacú), pirarara (*Phractocephalus hemiliop terus* (Schn.)), sardinha (*Pristigaster cayanus* (Humb.)), também conhecido por Apabá, vive em água doce e sobe até o rio Juruá, surubim (*Pseudoplatystonia corruscaus* (Agass)), tambaqui (vide pacú), tambuatá, também chamado “soldado” (*Calichthys calichthys* (Lin.)), traíra (*Hoplias malabaricus* (Bloch)), e tucanáre (*Cichla temensis* (Humb.)).

QUELÔNIOS — cágado (*Hydromedusa* (Spix.)), iaçá (*Hydraspis* (Wied)), jaboti (*Testudo tabulata* (Spix)), tartaruga (*Chelonia mydas* (Lin.)), também chamado “zé-pregos” e “capitari” e tracajá (*Podocnemys cayennensis* (Schw.)).

*

RIQUEZAS MINERAIS.

As riquezas minerais do Município, não foram, ainda exploradas. Em primeiro plano figuram as jazidas de petróleo, localizadas na Serra do Môa, ramificação da Cordilheira de Contamana, fronteira com a República do Perú. Segundo estudos do engenheiro Vitor Oppenheim, que esteve em 1934, enviado pelo Ministério da Agricultura, a referida mina está destinada a oferecer grande futuro aquela região, não só pelo seu volume, como pela espontaneidade com que aflora ao solo. O referido engenheiro apresentou a conclusão dos seus trabalhos aquele Ministério, e posteriormente enviou outro técnico para pesquisar. Foram feitas duas pequenas perfurações, abandonando-se em seguida os trabalhos, por se encontrar petróleo em zonas mais perto do litoral, como sejam, na Bahia. Ainda dos estudos do técnico ficou apurada a existência de asfalto e várias fontes de águas minerais bicarbonatas e ferruginosas. No seringal Vila Bela no rio Azul, afluente do Môa, encontra-se uma mina de carvão da qual se extraiu certa quantidade e que foi feita experiência com resultado. O exame técnico resultou que dita mina não se tratava de carvão de pedra e sim de carvão vegetal. No Môa tem se encontrado belíssimas amostras de cristal. Ouro já foi encontrado no Juruá-Mirim e no Rio das Minas.

*

DADOS METEOROLÓGICOS

		1970	1971	1972
Precipitação	média	183mm	200mm	193mm
Temperatura	média	24º,8	23º,9	24º,3
Umidade	média	88,333%	89,98%	89,151%
Pressão	médias	747,17	747,13	747,15

Fonte: 7.º BEC — abril de 1970 a dezembro de 1972.

*

DEMOGRAFIA.

Numa superfície de 31.312 km², tem uma população de 34.356 na zona rural. Densidade demográfica 1,39 habitantes por km².

Na área rural, é extraordinária a dispersão populacional e o isolamento, principalmente nos seringais. As Colônias mais próximas da cidade e vilas já apresentam um maior agrupamento populacional.

O Município conta atualmente com 4 núcleos de maior densidade demográfica: Mâncio Lima (Japiim); Mário Lobão (Porto Walter), Thaumaturgo e Rodrigues Alves, enquadrados na categoria de Vila.

POPULAÇÃO DE CRUZEIRO DO SUL.

ANOS	1950	1960	1970
Geral	21.761	31.639	44.193
Homens	11.544	16.939	22.335
Mulheres	10.217	13.700	21.858
Zona Urbana	3.707	5.766	7.284
Zona Suburbana	*	*	*
Densidade	0,69	1,01	1,39
Representa % da População do Estado	17%	19,5%	22,03%

* Dados inexistentes

Fonte — IBGE 1970

*

ASPECTOS ECONÔMICOS.

1. — EXTRATIVISMO — A borracha ainda constitui o maior produto de Município, seguindo-se as peles silvestres e madeiras de lei. A pesca e a carne de animais silvestres contribuem para a subsistência do Município.

2. — AGRO-PECUÁRIA — A agricultura é incipiente, não ultrapassando sua comercialização, aos limites do Município, com exceção do arroz e da mandioca que são enviados em pequena escala, para os municípios vizinhos. Seus principais produtos agrícolas são mandioca, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, tabaco e café.

A pecuária é pouco desenvolvida e mal dá para o consumo do Município. Predomina a criação de suínos, seguindo-se a de bovinos e por último de ovinos.

A agro-pecuária de um modo geral é desenvolvida sem orientação técnica, utilizando-se métodos empíricos e primitivos.

3. — INDÚSTRIA — Possui o Município pequenas indústrias de beneficiamento de produtos locais:

engenho de açúcar	— 14
beneficiamento de arroz	— 02
beneficiamento de café	— 1
olarias	— 3

Além dessas existem 9 padarias, 1 marcenaria e 3 oficinas mecânicas (de manutenção).

4. — COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações com as praças de Manaus, Belem, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, de onde recebe principalmente tecidos, calçados, ferragens, louças, armarinho, combustíveis, café, banha, azeite, bebidas, medicamentos etc., enfim todas as mercadorias consumidas no município. A exportação é constituída de borracha, madeiras, couros e peles de animais silvestres, arroz e farinha de mandioca. Na sede municipal existem 86 estabelecimentos comerciais, sendo 10 atacadistas e 76 varejistas. Funcionam uma Agência do Banco do Brasil desde 01/03/1943 e outra do Banco da Amazônia S.A.

A venda de gêneros alimentícios é centralizada no mercado Municipal, porem são encontradas muitas vezes em casas de comércio, alimentos importados, principalmente produtos enlatados.

Na área rural (seringais), predomina o regatão (comércio ambulante), que entrega a mercadoria, em troca de produtos (borracha e peles).

NIVEL ECONÔMICO DA POPULAÇÃO — Na sede do Município a ocupação principal é a de empregos públicos. Existem também muitos trabalhadores avulsos, sem renda fixa. Na periferia da cidade, localiza-se os agricultores. A renda média das famílias vai entre Cr\$ 20,00 a Cr\$ 300,00 (2).

Na área rural, o tipo de atividade predominante é a do seringueiro, desconhecendo ele próprio a sua renda.

FINANÇAS PÚBLICAS DE CRUZEIRO DO SUL — ACRE.

Anos	Federal	Estadual	Municipal		Desp. realizada no Municí- pio (Cr\$ 1.000,00)
			Total	Tribut.	
1950	460,00	—	990,00	527,00	1.009,00
1951	440,00	—	1.209,00	641,00	1.209,00
1952	777,00	—	1.470,00	979,00	1.470,00
1953	1.207,00	—	1.729,00	779,00	1.729,00
1954	1.125,00	—	1.507,00	799,00	1.507,00

(2). — SALÁRIOS DA PREFEITURA — de Cr\$ 15,00 a Cr\$ 20,00 por dia: — carpinteiro, operário e pedreiro.
de Cr\$ 8,00 a Cr\$ 10,00 por dia: — braçal e servente.

FINANÇAS PÚBLICAS DE CRUZEIRO DO SUL — ACRE.
(continuação).

Anos	Federal	Estadual	Municipal		Desp. realizada no Municí- pio (Cr\$ 1.000,00)
			Total	Tribut.	
1955	2.832,00	—	1.724,00	757,00	1.437,00
1956	2.552,00	—	2.156,00	1.130,00	2.156,00
1957	—	—	—	—	—
1958	—	—	—	—	—
1959	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—
1961	—	—	—	—	—
1962	—	—	—	—	—
1963	—	—	—	—	—
1964	—	—	—	—	—
1965	—	81.275,55	—	—	—
1966	—	114.289,53	—	—	—
1967	37.647,39	152.526,00	—	—	—
1968	23.640,06	300.531,21	448.192,91	—	—
1969	61.029,07	356.114,99	—	—	—
19/0	164.669,65	467.790,86	—	—	—

NOTA: — A Coletoria Estadual foi organizada em 1965. Os dados referentes aos anos de 1957 a 1966, não figuram face a Coletoria Federal não os possuir. Até o mês de julho de 1971 a Coletoria Federal já havia arrecadado Cr\$ 153.154,74. Após a chegada do 7.º Batalhão de Engenharia de Construções, a arrecadação teve uma alta significativa de 144%.

As fontes de renda do município, estão representadas nas seguintes percentagens:

indústria	—	2%
comércio	—	42%
outras	—	56%

*

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — O Rio Juruá ainda constitui a via de acesso mais utilizada no Município, no abastecimento e na exportação de seus produtos. Existem duas empresas de navegação, com linhas regulares para Cruzeiro do Sul: ENASA, com sede em Belem e J.A. LEITE E CIA., sediada em Manaus. Além

destas, algumas embarcações particulares fazem viagens à sede do Município, porem esporadicamente.

O transporte aéreo é feito pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, o qual realiza 2 voos semanais para Rio Branco e 1 para Manaus. A cidade é servida ainda por aviões da Força Aérea Brasileira, procedente de Manaus e Rio Branco, porem seus voos não são regulares.

No interior, o único meio de transporte utilizado é o fluvial (canoas, motores de popa, burro preto e batelões). Algumas Colônias próximas e Vila Mâncio Lima, tem acesso à sede, através de rodovias em condições precárias e por isto, interrompidas durante o inverno. A extensão total destas rodovias, chega a 155 km.

As comunicações são feitas através da Agencia postal-telegráfica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do Ministério das Comunicações e pelo serviço de Radiocomunicação do Governo do Estado. Há ainda, uma estação radiofarol do Correio Aéreo Nacional (FAB).

O rádio é o único meio de comunicação da massa existente no município, sendo as emisoras mais ouvidas: “A Voz da América” “Rádio Rio Mar” — Manaus; “Difusora Acreana” Rio Branco; “Rádio Gobo” Rio e “Rádio Tupi” — São Paulo. Além da Emissora local, “A Voz dos Nauas” que funciona há quase 10 anos em caráter experimental e em horários limitados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cruzeiro do Sul, que fica a margem esquerda do Rio Juruá, apresenta agradável aspecto e boa vista panorâmica. Possui ruas largas. Conta com 38 logradouros públicos, 938 prédios, e 3.079 habitantes. É servida de luz elétrica. A aluminação pública se estende por 30 logradouros. Há 251 ligações domiciliares. Entre os seus principais logradouros se destacam o “Boulevard Thaumaturgo de Azevedo”, com 180 mts. de largura e 4.000 de comprimento, e a praça “Barão de Rio Branco”.

Os seus edificios mais importantes são o Grupo Escolar, edificio da Agência postal-telegráfica, Instituto Santa Terezinha, a Prefeitura Municipal, a Prelazia, Matriz de Cruzeiro do Sul, o Colégio Comercial “Flodoardo Cabral”, as instalações do 7.º Batalhão de Engenharia de Construções e a sede do *Campus* Avançado da Universidade de Capinas (Estado de São Paulo).

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem, na sede municipal, dois obeliscos: um comemorativo da fundação da cidade e outro em honra a João Pessoa. Há também um busto de Mâncio Lima e outro em homenagem a Thaumaturgo de Azevedo.



ASPECTOS HISTÓRICOS.

Seria impossível tentar qualquer esboço histórico de Cruzeiro do Sul, sem antes recordarmos o processo pelo qual as terras acreanas foram anexadas ao Brasil.

A *grosso modo*, com muita cautela, poderíamos seguir a divisão geográfica de suas bacias:

A. — Bacia do Rio Purús (3) e seus afluentes, cujas terras pertencentes a Bolívia, foram anexadas de “fato” ao Brasil por Plácido de Castro (4), cuja porção encontram-se os municípios de Rio Branco, Xapurí, Brasiléia e Sena Madureira.

B. — Bacia do Rio Juruá (5) e seus afluentes, cujas terras pertencentes ao Perú foram anexadas após o Tratado de Petrópolis ao Brasil. A figura de proa desta porção foi

(3). — RIO PURÚS — Manoel Urbano da Encarnação, em 1860, subiu o Rio Purús (era negro).

(4). — JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO — nasceu em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, a 7 de dezembro de 1873, Chefe da Chamada Revolução Acreana de 1902. Aluno da Escola Militar de Porto Alegre, preferiu o desligamento a ter que lutar contra o Marechal Floriano Peixoto, por ocasião da Revolução de 1893. Em 1899, partiu para o Acre, entregando-se à exploração da borracha como seringalista. Na luta armada, em que se empenhou, mostrou não apenas audácia, como tino político, opondo-se ao arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate* e a partir de fevereiro de 1902 decide-se a lutar pelo Acre. No mesmo ano, a 7 de agosto, proclama a independência do Estado do Acre. Após a Rendição de Porto do Acre, publicou o seguinte:

“Estado Independente do Acre” Decreto n.º 1

Cidade do Acre, (Puerto Alonso), 26 de janeiro de 1903. José Plácido de Castro, Governador Aclamado e Comandante Chefe do Exército do Estado Independente do Acre.

ART: N.º 1 — A justiça civil, a criminal e a comercial do Estado Independente do Acre ficarão sujeitas às disposições dos códigos, das leis, decretos, etc. dos Estados Unidos do Brasil, até que seja promulgada a sua constituição.

ART: N.º 2 — Serão válidos os títulos de propriedade, definitivos ou provisórios até o presente, expedidos, pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre por esta República.

ART. N.º 3 — Fica sendo a língua oficial do Estado — a portuguesa.

ART. N.º 4 — Fica considerado como tipo monetário oficial do Estado Independente do Acre o mesmo dos Estados Unidos do Brasil, sendo o papel moeda desse país válido aqui.

ART. N.º — Revogam-se as disposições em contrário”.

Terminada a luta e com a criação do Território do Acre, Plácido de Castro Assume o Cargo de Prefeito do Alto Acre.

Foi assassinado em 11 de agosto de 1908, de emboscada, segundo Francisco Martins, por Alexandrino José da Silva.

(5). — Idem NOTA DE RODAPÉ N.º 1.

Thaumaturgo de Azevedo; nela encontram-se os municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó (6).

1. — *O ACRE E A BOLÍVIA.*

1.1. — *As Fronteiras Ocidentais.*

Na sua marcha para o oeste, os bandeirantes do século XVII, tanto do norte, como do sul foram os pioneiros da expansão portuguesa, visando ocupar o centro do continente na direção do Madeira, e de Mato-Grosso, para sustar a expansão espanhola. A região de Corumbá atual foi reconhecida como encruzilhada dos caminhos naturais de norte para sul e de leste para oeste (7).

No século seguinte multiplicaram-se as explorações dos grandes rios destas regiões. Na segunda metade do século XVIII, os Governos de Mato Grosso não só procuraram dificultar a criação de aldeias de jesuitas espanhóis, como fundaram sucessivamente Vila Bela (1752), São José, Boa Viagem, uma fortaleza no lugar da missão espanhola de Santa Rosa (1760), o forte Príncipe da Beira (1776). Foi Ricardo Franco incumbido de nova linha de demarcação em vista da penetração na região do Madeira.

Neste fim de século os espanhóis por sua vez desagregaram do Vice-reino do Perú, sua parte meridional o Alto-Perú, futura Bolívia, para incorpora-la, em 1778, no Novo Vice-reino do Prata: era este território a Audiência de Charcas.

As delimitações destes territórios haviam sido dadas pelo Tratado de Madrid, que encontramos ai, e nas demais questões de fronteira, como a origem e base de todas as posses, discutidas entre Espanha e Portugal. Com os tratados de El Pardo e de Santo Ildefonso, o Tratado de 1750, obsoleto e revogado, só era invocado, erradamente, como subsídio histórico.

No caso de nossas fronteiras ocidentais, o Tratado de Madrid determinava a seguinte linha de limites: da Lagoa de Xaraiés alcançava a boca do Rio Jaurú, para daí prosseguir até o Rio Guaporé, no ponto em que recebe o Rio Sasaré; seguindo o Guaporé até o Mamoré, e daí descendo os dois rios unidos

“até a paragem situada em igual distância do dito Rio das Amazonas, ou Maroñon, e da boca do dito Mamoré; e desde

(6). — Vide *Arrolamento das Fontes Históricas de Feijó* in “Revista de História”, ano 1973, etc.

(7). — CASSIANO RICARDO, *O tratado de Petrópolis*. Rio, 1954, I, p. 30.

aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem oriental do Javari”

que será seguido até o Rio Amazonas.

Esta linha Leste-Oeste é aqui de capital importância, por que vai determinar o futuro Território do Acre. Segundo o astrônomo F. J. Lacerda de Almeida, a linha era o paralelo de 8° 4', na foz do Gíparaná, paragem situada em igual distância mencionada no artigo VIII do Tratado; mas ficou estipulado mais tarde que o paralelo escolhido era o de 10° 20'.

O Tratado preparado por Alexandre de Gusmão foi anulado pelo Tratado de El Pardo, mas restabelecido novamente pelo de Santo Ildefonso (1777).

Durante a Guerra da Independência a Audiência de Charcas reatou em seguir o movimento de emancipação, cedendo apenas diante do prestígio de Bolívar, e criando uma república com o seu nome. Os realistas de Chiquitos, isolados depois de Ayacucho, tiveram então a idéia de solicitar a incorporação de seu território ao Brasil. O Governo de Vila Bela aceitou, mas a recusa do Rio de Janeiro resolveu negativamente o caso (8).

1.2. — *Negociações no Tempo do Império.*

“A ocupação da região que hoje se chama de Acre”, diz Casiano Ricardo, “compreende três fases — a primeira é a dos conquistadores portugueses e paulistas que para aí convergiram na marcha para o oeste, e da penetração histórica... A segunda é a dos exploradores da região dos regatões e das expedições de reconhecimento do Alto Purús e Alto Juruá; e a terceira é a dos povoadores cearenses que, em grandes e tumorosas levas, se aposaram definitivamente do território.”

“Cada Tratado, o de 1750, o de 1867 e o de 1903, corresponde a cada uma dessas três fases.

“A questão do Acre — cuja origem remonta a 1750 — não surgirá de uma descontinuidade da posse brasileira; mas sim de um erro de interpretação dada ao Tratado de 1867 e de vários erros de demarcação. Surgirá dos atritos a que tais erros deram causa, e que serão corrigidos em 1903” (9).

O mesmo autor lembra que o próprio signatário espanhol do Tratado de Madrid, D. Joseph de Carvajal y Lancaster tinha declarado

(8). — G. GOYCOCHÊA, *Fronteiras e Fronteiros*, São Paulo, 1943.

(9). — CASSIANO RICARDO, *op. cit.*, I. p. 62.

que o objetivo do referido Tratado era de reconhecer à Coroa Portuguesa

“las vertientes que desagüaren en el rio de las Amazonas”.

O princípio fundamental, porém, estabelecido por Alexandre de Gusmão, era o do *uti possidetis* que passou a ser a norma de todos os nossos tratados de limites. De fato, tanto em 1777 como em 1801 e em 1867, este princípio foi respeitado. O problema era aplicar a sanção jurídica à realidade geográfica, isto é, ao território compreendido entre os rios Madeira e Javari.

No século XIX, principalmente depois de 1883, começaram a surgir desinteligências entre a Bolívia e o Brasil. A missão Mariano Aramza ao Rio de Janeiro (1834-36) é frequentemente mal interpretada. De fato o General Santa Cruz, seguindo as sugestões do uruguaio Lucas Obes, como já foi dito, incumbia Aramza de negociar com o Império um tratado de limites, mas não se prestou a entrar na coligação ou “frente unida” das repúblicas do continente que tinham questões de fronteiras com o Brasil, como desejava Lucas Obes.

“Se não consegui os tratados solicitados”, diz J. Antônio Soares de Souza, “foi somente porque os políticos brasileiros não eram ingênuos como se supunha, a ponto de aceitarem um tratado nas condições propostas e fundado em razões infantis” (10).

De fato, Aramza se tinha entusiasmado por um mapa americano de Finlay, que recentemente (1833) havia sido publicado em cores diferentes, em Filadélfia.

Em 1836-37, surgiram incidentes determinantes por sesmarias, cedidas pelo Governo Boliviano a um Sebastião Ramos em terras brasileiras. Ponte Ribeiro obteve que fossem anuladas, em virtude do Tratado de 1777, que aliás um ano depois era declarado inexistente pelo Governo Boliviano.

Na opinião de Soares de Souza foi então que, nas rotas e conferências de Ponte Ribeiro, em Chuquisaca, foi declarado pela primeira vez, em discussão com um representante das repúblicas de língua espanhola, o princípio do *uti possidetis*, como base para a fixação de limites com o Império, em contraposição ao já caduco Tratado de Santo Ildefonso.

Durante muitos anos, procurou o Governo obter a liberdade de navegação nos rios brasileiros como já tinha declarado livres os seus.

(10). — SOARES DE SOUZA, *Um Diplomata do Império, Barão da Ponte Ribeiro*, São Paulo, 1952, p. 87.

Só em 1866, entretanto, foi franqueada a navegação do Amazonas e de seus afluentes à Bolívia, como às demais nações amigas.

Já foi lembrado de que modo foi recebida na Bolívia a notícia da Tríplice Aliança concluída em 1865 contra Solano Lopez. O Governo Brasileiro ofereceu então todas as garantias a fim de que fossem respeitados os direitos bolivianos no Chaco e nas margens do Rio Paraguai. O momento não era muito próprio para tratar de questões de fronteiras, mas como reinava um certa antipatia pela causa brasileira na Bolívia, era prudente evitar qualquer demonstração de força do lado de Mato Grosso. A abertura do Amazonas já dava à nossa vizinha sua desejada saída para leste, mas era urgente prestar-se o Governo Imperial à novas negociações diplomáticas sobre limites.

Em fevereiro de 1867, foi enviado a La Paz, em missão especial, o Deputado Lopes Neto. Recebido pelo ditador Melgarejo, encetou logo as negociações que, em menos de 60 dias levaram à assinatura do Tratado de 27 de março, dito Tratado de La Paz de Ayacucho. Tratavam com o Brasil os bolivianos, mas sua situação era difícil porque tinham diante de si sucessivamente as pretensões do Peru e da Colômbia (11).

O Tratado assinado por Lopes Neto e Donato Muñoz reconhecia como base o *uti possidetis* e, de conformidade com este princípio definia a fronteira preferindo os limites naturais às linhas geodésicas. Abrange sua descrição toda a área situada entre o curso do Paraguai e as cabeceiras do Javari, isto é, terras já ocupadas mas geralmente mal conhecidas. Partindo de Baía Negra, no Rio Paraguai, no 20º 10' de latitude, seguida para as lagoas de Cáceres Mandioré Gaíba e Uberaba; por meio de linhas retas alcançava o Corixa Grande e os morros da Boa Vista e dos Quatro Irmãos, até as nascentes do Rio Verde; daí pelo Guaporé e pelo Madeira, chegará à foz do Rio Beni. Terminava o artigo II do seguinte modo:

“Deste rio (Beni) para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada de sua margem esquerda na latitude 10º20' até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito Rio Javari”.

Significava isso que a linha entre a foz do Beni e as cabeceiras do Javari podia ser uma linha paralela ou uma linha obliqua.

(11). — RIBEIRO (JOÃO), *As nossas fronteiras*, Rio de Janeiro, 1930, p. 65.

“Jogando no escuro” (Cassiano Ricardo) cada país podia ter esperança de mais ganhar. O texto do Tratado procurava prever todas as hipóteses. De fato, havia um famoso “mapa da linha verde”, manuscrito de 1860 traçado por Ponte Ribeiro e Mendonça de Carvalho que apresentava três hipóteses para localização das fontes do Javari; daí as três oblíquas tão discutidas nos trinta e cinco anos que precederam o Tratado de Petrópolis”.

O Tratado de 1867, revelava a liberalidade da diplomacia imperial, também na concessão feita à navegação fluvial boliviana nas lagoas do Rio Paraguai. Por fim, em seu artigo XXVIII, previa a revisão destas estipulações de limites por meio de nova demarcação e troca eventual de territórios. Foi por esta porta que Rio Branco obteve o Tratado de Petrópolis.

1.3. — *A Resistência dos Acreanos.*

A propósito da

“espetacular arrancada dos cearenses pela floresta a dentro” diz Cassiano Ricardo o seguinte: “Havia agora o fato geo-social; o povoamento do Acre por brasileiros, a conquista do deserto verde pelos cearenses (quando a Bolívia se conservava ausente do problema de colonização) e o que viria aguçar a cobiça de outro lado (o *rush* do ouro negro) a riqueza da borracha que passou a figurar com esplendor, em nossa exportação para os mercados europeus e americanos: 47.000 toneladas só em 1901, 60% da produção amazônica” (12).

Os anos de 1895 a 1898 foram ativos em negociações, protocolos e conferências de delimitações, sendo Carlos de Carvalho, Dionízio Cerqueira e Olinto de Magalhães sucessivamente Ministros das Relações Exteriores. O grande problema era a fixação das nascentes do Javari. Três medições com resultados diferentes (Tefé, Thaumaturgo de Azevedo, Cunha Gomes), revelaram que estas nascentes estavam a 7 graus e alguns minutos, o que dava como resultado que a linha “paralela” era mesmo “oblíqua”, como no mapa verde de Ponte Ribeiro. Daí nasciam discussões geodésicas, seguidas de concessões brasileiras que resultaram no estabelecimento de alfândega no Rio Acre, em território tido por “incontestavelmente boliviano”.

Estas concessões, resultantes de negociações feitas sobre dados geográficos errôneos, tiveram como consequência a organização de um verdadeiro Governo boliviano em Porto Alonso, sob a autoridade do Ministro José Paravicini. Multiplicaram-se atos de soberania, impos-

(12). — CASSIANO RICARDO, *op. cit.*, p. 106.

tos, taxas e direitos de importação que vieram sobrecarregar de dificuldades a vida já tão penosa dos cearenses imigrantes.

Surgiu então um chefe entre os brasileiros descontentes: Luis Galves que, a 14 de julho de 1899, proclamou o Estado Independente do Acre e organizou a resistência. Era apoiado pelos seringueiros e proprietários e não lhe faltou apóio moral do Governador do Amazonas. Esta primeira revolução obrigou o delegado boliviano a se retirar. Várias intervenções foram tentadas para submeter os rebeldes.

“Estranho caso este” diz Cassiano Ricardo, “em que o Governo Federal entregava o território aos bolivianos e um Governo Estadual o reivindicaria para os nacionais”.

Chegou mesmo a ser nomeado para o Acre um consul brasileiro, Eduardo Otaviano. Estava sendo, pois, desrespeitado o *uti possidetis* do Tratado de 1867. O fato de serem brasileiros os habitantes do Acre não criava dúvidas ao Governo Boliviano, que, em nota, nos fazia observar que contávamos alemães em Santa Catarina e italianos em São Paulo.

A opinião pública brasileira ficou alarmada quando teve notícia de que o Presidente Pando e seu Ministro da Guerra, Ismael Montez, se preparavam a submeter pelas armas os 60 mil brasileiros do Acre. Olinto de Magalhães, naquela hora, recusou permissão à entrada por águas brasileiras a uma canhoneira vinda da Inglaterra e cujo destino era intervir na região. Um novo delegado, nacional boliviano chegava, porém, no Acre, em princípios de 1902 e impunha medidas severas, tributos e impostos, exigindo novos registros de propriedades, sob pena de serem declaradas terras devolutas.

Diante das dificuldades que apresentava a resistência dos acreanos, o Governo de La Paz recorria a uma outra solução que determinou outra revolução. Tratou de arrendar o Acre a uma sociedade estrangeira que o quisesse explorar economicamente. Surgia então o caso do *Bolivian Syndicate*.

*

1.4. — *O Bolivian Syndicate.*

Os recursos naturais que oferecia o Acre haviam já despertado na imprensa hispano-americana a idéia de um arrendamento: *La Nación* de Buenos Aires referia-se a sindicatos europeus para a exploração de *los gomaes del Acre*.

Realizou-se a idéia quando a 11 de junho de 1901, foi assinado um contrato com uma firma de Nova York, Cary Whitridge, que cons-

tituiu sindicatos com firmas de Londres, envolvendo no negócio fortes casas bancárias americanas. O negociador oficial boliviano deste contrato, Aramayo, justificava a empresa comparando-a às companhias formadas na Índia e na África do Sul. Sem determinar limites nem demarcações, dava ao Sindicato direito de administrar, de arrecadar impostos, organizar polícia, manter tropas e barcos de guerra. Em suma transferia para um órgão particular uma verdadeira soberania que pertence ao Estado. O Governo Boliviano julgava poder contar com o apóio moral do Departamento de Estado de Washington e não temia o chamado imperialismo americano, criando em plena América do Sul, um tipo perfeito de *Chartered Company* das colônias africanas. A idéia dos capitalistas do sindicato era de convidar também firmas para dar uma base internacional mais firme à empresa e obter apóio diplomático das principais potências.

Era então Ministro do Brasil em Washington Joaquim Francisco de Assis Brasil (1898-1904) que tratou logo de saber qual a atitude que ia assumir o Departamento de Estado, à frente do qual se achava John Hay. Tão importantes firmas americanas contribuam à formação do bloco do *Bolivian Syndicate*, que o Governo Americano não se podia desinteressar. Assis Brasil teve de explicar a situação em que se achava o Brasil em relação ao caso. Ponderou que interesses europeus iam ser criados em terra americana, contrariando a doutrina de Monroe. Lembrou que para alcançar o território da concessão, era necessário transitar pelas águas brasileiras e que a abertura do Amazonas era incompatível com o arrendamento do Acre.

O Governo Americano abalado talvez em suas convicções pela argumentação de Assis Brasil, assegurou que não interviria oficialmente na questão. A imprensa, porém, julgava com severidade a resistência brasileira, mas receava as consequências da “maneira forte” de resolver um caso internacional perigoso para as relações pan-americanas.

Aos poucos, a diplomacia brasileira foi conseguindo despertar o interesse do Perú neste setor amazônico em que também tinha suas pretensões, o que muito abalou a Bolívia nas suas determinações.

“É indubitavel”, dizia Olinto de Magalhães, “que entre a Bolívia e o Perú há uma questão não resolvida, apesar da diligência repetidamente feita pelo Governo Peruano para resolve-la. É a da propriedade do Acre.”

Naquela hora, porém produzia-se no Acre a segunda revolução, provocada desta vez pelo espectro do *Bolivian Syndicate*. Chefiava o movimento, um gaúcho que tinha tomado parte na revolução fede-

ralista, Plácido de Castro, agrimensor no Acre, onde demarcava terras e seringais. Em junho de 1902, abandonava seus afazeres e concertando em Caquetá um plano de resistência, dedicou-se aos interesses da coletividade acreana. Dos seringueiros fez soldados, cercou e tomou Nova Empresa, depois de um sítio de 11 dias, entrou em Santa Rosa e obrigou Porto Acre a capitular a 24 de janeiro de 1903, e lá hasteou a bandeira do Acre.

Quando foi sabido que o Governo de La Paz estava organizando uma expedição militar para reduzir os acreanos, já tinha chegado da Alemanha o Barão do Rio Branco para ocupar o Itamarati. Em sua nota de 3 de fevereiro, informava, que não desejava o Brasil romper as suas relações com a Bolívia, mas que “fazia adiantar forças para o sul” para policiar até o Rio Iaco o território contestado, sendo removida de Porto Acre a alfândega boliviana.

A proposta de arbitramento apresentada por Villazón, respondeu negativamente Rio Branco, julgando preferível acordo direto sobre questão que envolvia três potências. Também com o desarmamento de Plácido de Castro não concordou o nosso Chanceler. Seguiu-se uma concentração de cerca de três mil homens das forças brasileiras no Mato Grosso e no Amazonas. No 25.º batalhão de Infantaria chegava então a Corumbá o ex-cadete de Rio Pardo, sargento Getúlio Vargas.

Em realidade, desde julho de 1902, o Governo Boliviano, aceitando uma sugestão brasileira e compreendendo os perigos da situação que havia criado, comunicava-se com o *Bolivian Syndicate* em vista de rescindir o contrato do ano anterior.

Continuava Assis Brasil a negociar em Washington. Informava o Governo Americano da possibilidade de resolver o caso “comercialmente”, por meio de indenização. John Hay ouviu a proposta mas ficou na dúvida. Diz Cassiano Ricardo, citando o relato de Assis Brasil:

“A sua resposta de que a Bolívia não tinha meios, respondi que talvez o Brasil fosse em auxílio da Bolívia, no interesse de liquidar este assunto a contento de todos. O Sr. Hay se exprimiu com um olhar que me pareceu de bom agouro.”

O Governo Americano, sem parecer abandonar os interesses de seus patrícios, estava decidido a não intervir, a não se envolver em questão cujas conseqüências eram imprevisíveis.

*

1.5. — *O Tratado de Petrópolis.*

Enquanto o Brasil e a Bolívia adotavam um *modus vivendi* que, provisoriamente, nos deixasse a administração civil e militar do Acre, até o paralelo 10° 20', e o policiamento do sul acreano a Plácido de Castro, o *Bolivian Syndicate*, cujos representantes já estavam em Manaus, aceitava a indenização de 110.000 libras esterlinas pelo preço de sua desistência.

O Governo Boliviano se justificava lembrando que não era um arrendamento que havia sido visado, mas apenas uma arrecadação de rendas, sujeitas às leis bolivianas. Uma curiosa indignação encheu alguns políticos da República vizinha, que achavam que o Sindicato, aceitando dinheiro, os havia “traído.”

Na realidade, a diplomacia brasileira havia protegido os interesses da Bolívia. Villazón se conformou e prestou-se a um acordo sincero designando como delegado boliviano Fernando Guachala, Ministro do Rio de Janeiro e Cláudio Pinilla. Os representantes brasileiros nas negociações foram o Barão do Rio Branco, Assis Brasil e Rui Barbosa.

Foi singular a atitude de Rui Barbosa nesta negociação, em que cedo declarou-se “plenipotenciário vencido”. A sua admiração pelo Barão em nada arrefeceu, mas como Senador e cultor da opinião pública, teve escrupulos em acompanhar a orientação que Rio Branco, vencedor de Missões e Amapá, julgava poder seguir na troca de territórios prevista pelo Tratado de 1867. Receava Rui Barbosa, a oposição parlamentar a qualquer cessão territorial, preferindo oferecer maior compensação pecuniária. Esta solução, entretanto, tentada por Rio Branco, não foi aceita pelos bolivianos; Rui despediu-se então da Comissão.

O Barão recusava também o arbitramento, porque

“Não creio”, dizia ele, “que um árbitro nos pudesse dar ganho de causa depois de 36 anos de inteligência contrária à que só começou a ser dada pelo Governo do Brasil em princípios deste ano”.

A 17 de novembro de 1903 era assinado o Tratado de Petrópolis que em seu primeiro artigo, fixava os limites entre o Brasil e a Bolívia ao longo das lagoas matogrossenses, dos rios Guaporé e Mamoré, pelas nascentes do Rapiñan, Iquirí, Acre até suas cabeceiras e o paralelo de 11.º. A linha estava traçada por trechos cuja topografia era mal conhecida e foi ulteriormente retificada (1928).

O artigo II regulamentava os atos administrativos resultantes das transferências de territórios segundo a delimitação do artigo anterior. O Artigo III fixava em dois milhões de libras esterlinas a indenização a pagar a Bolívia pelo fato de não haver equivalência nas áreas transferidas. O pagamento seria feito em duas prestações, até março de 1905. O artigo IV determinava a nomeação de uma Comissão Mista de Limites, sendo os desacordos possíveis submetidos ao arbitramento da *Royal Geographical Society* de Londres.

Os artigos V e VI eram relativos ao Tratado de Comércio e Navegação, baseado na mais ampla liberdade de trânsito terrestre e fluvial para ambas as nações e possibilidade de serem mantidos, em Belém, Manaus e Corumbá, agentes aduaneiros bolivianos.

No artigo VII tomava o Brasil o compromisso de construir entre Santo Antônio no Madeira e Guarujá Mirim no Mamoré, uma estrada de ferro (13).

(13). — A ESTRADA DE FERRO MADEIRA MAMORÉ é a única ferrovia da Amazônia Ocidental. Apesar de simbolicamente iniciada, em Santo Antônio, a construção em 1871, pelo lendário Coronel George Earl Church, nada fez a primeira firma contratada, a *Public Works Construction Co.* Em 1874 a obra é entregue a firma *Dorsey & Catwell* que abandona a área logo em seguida devido a um surto epidêmico. Em decorrência dos insucessos, o Governo brasileiro resolve dar cobertura ao Coronel Church que em 1878 inaugura os primeiros 6,4 quilômetros. Nova paralização decorre de manobra boicista em Londres. Somente após a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1905 são retomados os trabalhos, em 1907 pela concessionária, *The Madeira Mamore Ry Co. Ltd.* Em 1.º de agosto de 1912 é aberto ao tráfego o trecho de 366 km entre Porto Velho e Guajara Mirim, desbordando o trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré.

Em 1931 o Sindicato Farcuar declara-se sem condições de continuar explorando a ferrovia. A 10 de junho do mesmo ano o Ministério da Aviação e Obras Públicas passa a explorar a estrada. Em 1937 é rescindido o contrato que deveria durar 60 anos. Em 1944 a direção da ferrovia é entregue ao Governo do Território, retornando ao MVOP em 1950, ficando subordinada ao DNRF, passando a seguir a integrar a Rede Ferroviária Federal S/A.

Em 25 de maio de 1966, entra em fase de erradicação, uma vez que já se encontrava relacionada entre os ramais deficitários que seriam extintos. A 15 de setembro do mesmo ano é transferida ao Ministério do Exército, passando a ser explorada pelo 5.º Batalhão de Engenharia de Construção. A "Ferrovia do Liabo" para uns ou "Ferrovia Heróica" para outros, aguarda conclusão da rodovia BR-319 para emitir o último apito.

Apesar da recuperação que sofreu a partir de 1966, opera em condições precárias, mas suficientemente para atender todas as solicitações de transporte. A tração é a vapor, com fogo à lenha. A linha é singela, bitola de 1 m.

O índice de receita/despesa em 1968 foi de 1:3,2 tendo atingido 1:7,8 em 1963.

Os principais produtos transportados são: borracha, castanha, madeira e manufaturados.

O artigo VIII entregava ao Brasil a responsabilidade de se entender com o Perú a respeito do território compreendido entre as nascentes do Javari e o paralelo de 11.º de latitude sul.

Na sua exposição de motivos ao Presidente Rodrigues Alves, o Barão salienta as vantagens do Tratado que na Bolívia foi aprovado no Congresso por 41 votos contra 11 e na Câmara Brasileira por 118 contra 13. Em realidade, para adquirir definitivamente a soberania sobre 191.000 quilômetros quadrados, o Brasil havia cedido apenas 2.296.

Em 1909, na Exposição de Motivos que o Barão apresentou ao Presidente Nilo Peçanha, era citado Clovis Bevilacqua que escrevera:

“O Tratado de Petrópolis é, em grande parte, a restauração de nossos verdadeiros limites no sul, a que tínhamos direito pela projeção de nossa jurisdição ao longo dos rios e segundo a orientação da marcha do povo brasileiro na conquista das matas desertas. Não se pode, conseqüentemente, dizer, como os que defendem a tese peruana, que compramos o Acre à Bolívia, que adquirimos o título espanhol que a Bolívia tinha sobre essa região. O que fizemos foi resgatar, mediante indenização, o título português ou brasileiro que cedéramos à mesma Bolívia pelo Tratado de 1867.”

*

2. — O ACRE E O PERÚ.

2.1. — *Pretensões Territoriais Peruanas.*

Resolvida uma questão acreana com a Bolívia, ainda não estava terminada a delimitação territorial do Brasil no extremo oeste, pois subsistia uma outra questão acreana a resolver com o Perú.

Cassiano Ricardo descreve a situação que se apresentava à nossa diplomacia ao ser concluído o Tratado de Petrópolis: o Perú se julgava com direito ao Acre e a uma grande área amazônica; seu Governo havia tentado tomar parte nas negociações com a Bolívia para uma solução tríplice, o que o Barão não permitiu; existia uma questão peruana-boliviana submetida ao arbitramento da Argentina e relativa ao território acreano; o Perú se havia unido ao Brasil para fazer causa comum no caso do Sindicato de Aramayo; por fim, o Governo Brasileiro, em virtude do artigo VIII do Tratado com a Bolívia.

Em 1967 transportou 36.128 passageiros, 512 toneladas de bagagem e 25.604 toneladas de carga, passando em 1968 a transportar 24.362 passageiros, 13.519 t. de bagagens e 44.363 de carga. Em 1968 a receita atingiu Cr\$ 1.089.247,59 para uma despesa de Cr\$ 3.239.014,70.

tinha chamado a si toda a responsabilidade de qualquer modificação territorial. Os peruanos sentiam-se feridos com o Tratado de 1903. “Tinhamos comprado uma briga, na opinião do derrotismo” (13) concluiu Cassiano Ricardo.

O território reivindicado pelo Perú era de mais de 440 mil quilômetros quadrados, superfície quase igual a de sua ex-metrópole europeia e na qual os 191 mil quilômetros quadrados do Acre se achavam à larga. O Perú pretendia ter direito às terras situadas entre as nascentes do Rio Javari e a confluência do Rio Beni, limitadas ao norte pelo paralelo de 7.^o dito da semi-distância do Madeira, segundo o Tratado de 1777 e estendidas para o sul até o baixo Mamoré, envolvendo o Lago Rojo Aguado.

A Bolívia havia discutido com o Brasil, colocando-se ambos no terreno de suas mútuas conveniências; com o Perú, porém, estava a Bolívia discutindo sobre seus respectivos títulos herdados da época colonial; eram questões internas do Vice-reinado de Lima e da Audiência de Charcas que estavam sendo levadas em consideração pelo árbitro escolhido, mas que em nada interessava ao Brasil, pois resultavam de decretos dos reis da Espanha.

Quando Duarte da Ponte Ribeiro chegou a Lima como Ministro Plenipotenciário, em agosto de 1851, tratou logo da missão que lhe dera Paulino José Soares de Souza a respeito da Convenção de Comércio e Navegação que o Perú e o Brasil precisavam assinar para regulamentar o aproveitamento dos rios. As cinco bases apresentadas por Ponte Ribeiro, o Presidente peruano Echenique juntou bases relativas aos limites. Duraram três meses as discussões com D. Joaquim de Osma e depois com D. Bartolomé Herrera. Foi aceito sem maiores dificuldades a base do *uti possidetis*, tradicional na diplomacia brasileira. Cedo abandonou o Governo Peruano a sua pretensão sobre Tabatinga. Mais difícil foi, todavia, obter a omissão de qualquer referência ao Tratado de Santo Ildefonso, que, em realidade, vinha anular a concessão de *uti possidetis*. Eram apresentados mapas oficiais, entre outros o de Requena, comissário das demarcações de 1777. Ponte Ribeiro exibiu os seus, pretendendo obter a linha reta de Tabatinga à foz do Apaporis, para o norte, e o curso do Javari para o sul. A 21 de outubro, D. Bartolomé noticiava a nosso representante que senadores e deputados estavam de acordo com a reta do Apaporis, mas em troca de uma reta em continuação para o sul, pois na curva do Javari perdia muito terreno o Perú. Ponte Ribeiro ficou firme e

“longe de contrariar a asserção do brasileiro, Herrera, honestamente, confessou ser isso verdade “pois se via nos mapas que temos ali duas povoações”.

Essa confirmação alegrou muito o diplomata brasileiro que ignorava a existência das povoações. Dizia mesmos a Paulino que havia sido o peruano.

“induzido erradamente” aquela confissão, pois “não me consta que haja povoação alguma Javarí acima”.

Dois dias depois era assinado o Tratado que implicitamente anulava o ato de 1777 e definia até as nascentes do Rio Javarí. Em 1863, a Geografia do Perú de Paz Soldán veio despertar a questão de limites com o Brasil, no sentido de ser completada a delimitação na região acreana, que o Tratado de 1851 não definia. Voltaram então os peruanos a reivindicar a linha Javarí-Mamoré de 1777 que o Brasil considerava anulada pelo Tratado de Badajós e se recusava a discutir, por ter sido, além de tudo, um Tratado preliminar, isto é, provisório e dependendo de estipulações ulteriores.

2.2. — *Perú versus Bolívia.*

Um dos maiores conhecedores das questões acreanas foi incontestavelmente Euclides da Cunha, braço direito do Barão em todas as modalidades técnicas que as envolviam. Já em 1907, havia publicado o seu livro *Perú versus Bolívia*, reunindo artigos seus do *Jornal do Comércio*. Tal era sua autoridade na maneira que o Governo Boliviano mandou verter a obra para o espanhol e o advogado junto ao árbitro argentino escrevia-lhe:

“Há comprendido que su conducta obedece principalmente a sentimientos de noble patriotismo, porque, habiendo cedido Bolívia parte de los territorios, en cuestión al Brasil, por tratados sucesivos, la causa ha llegado a ser comum par abarcar la defensa identicos derechos y fundados en titulos comunes” (14).

“A Bolívia”, disse Euclides, “é uma criação dos Andes”. De facto, a Cédula Real de 1573 criando as duas Audiências de Lima e de Charcas tomou os Andes como linha ou pelo menos área divisória, delimitando a primeira o Pacífico e a segunda voltada para os domínios portugueses. A nenhuma delas pertenciam, naquela época, “las provincias no descubiertas”. Entre a Amazônia portuguesa e a Audiência de Charcas havia, pois, uma “terra de ninguém”, onde os tratados iam traçar linhas imaginárias, sem nelas consolidar direitos adquiridos. Daí resultou a linha Leste-Oeste, situada a igual distância da boca do Mamoré e do Amazonas, segundo reza o artigo VIII do Tratado de 1750.

(14). — VENÂNCIO FILHO (FRANCISCO), *A glória de Euclides da Cunha*, São Paulo, 1940, citação ps. 212-13).

A partir daquela data, a expansão portuguesa contida, no ocidente matogrossense, intensificou-se para o norte pelas vias naturais do Mamoré e do Madeira. Por sua vez, os ranchos brasileiros se iam estendendo do Mamoré ao Itonama, na Terra dos Moxos de catequese castelhana. Já em 1772, uma Cédula Real considerava o Rio Madeira como fronteira da Audiência de Charcas, visando a “média distância” do Tratado.

“De um lado”, diz Euclides, “Vê-se que a influência, cada vez maior e mais autônoma, da circunscrição que seria mais tarde a Bolívia se estendeu, em virtude de determinações expressas, aos territórios que se alongam pela margem esquerda do Madeira, até além dos grandes saltos; de outro, que toda essa estirada faixa de terras se desenvolveu depois em vastas superfícies para o ocidente. Ao mesmo tempo, em todas as resoluções, quer no reorganizarem-se os Governos Particulares, quer no longo processo dos deslindes internacionais, ficou sistematicamente de fora, despojado das mais breves partículas de autoridade o Vice-reinado do Perú”.

Apenas criado o Vice-reinado do Prata e pouco antes de assinar o Tratado de Santo Ildefonso, a preocupação da realeza castelhana foi de assegurar a defesa da Audiência de Charcas e por isso, garantiu-lhe autonomia no seu isolamento montanhoso, entre o Vice-reinado peruano e o Vice-reinado platino.

Na última fase colonial, as divisões administrativas dos territórios espanhóis, modelam-se sobre as raias dos existentes bisçados e até 1810, mantem-se com sua delimitação geográfica distinta a Audiência de Charcas, com suas secções de Santa Cruz, La Paz, Potosí e as terras de Apolobamba e de Moxos. Apenas em 1796, desligou-se a Intendência de Puno, incorporada ao Perú, o que determinou, para a Bolívia, a perda dos territórios à margem oeste do Lago Titicaca.

Apresentando-se assim, ao árbitro argentino a questão peruano-boliviana, só cabia ao Brasil aguardar a sentença para, em seguida, tratar com o Perú que de fato, depois do laudo de 9 de julho de 1909, pode dispor dos territórios a oeste de 69º grau de longitude e do Rio Madre de Dios.

2.3. — *O Tratado de 1909.*

As boas relações entre o Brasil e o Perú eram esporadicamente abaladas por incidentes sérios que tinham a sua origem nos interesses econômicos que agitavam a região acreana indeterminada. De fa-

(15). — CUNHA (EUCLIDES), *Peru Versus Bolívia*, Rio de Janeiro, 1907, p. 98.

to, nela eram exploradas duas espécies de borracha: o caucho e a borracha das seringueiras. A primeira destas espécies representava o objetivo de uma exploração devastadora de florestas, sendo que os caucheiros, cortando as árvores as inutilizavam, tornando o seu trabalho invasor e nômade por necessidade; a segunda era a exploração metódica, sangrando apenas a árvore sem prejudica-la, sendo, por conseguinte, trabalho de populações sedentárias.

Repetia-se, pois, nas matas acreanas, este eterno conflito entre nômades e sedentários. Acontecia, porém, que os invasores eram caucheiros errantes peruanos ou índios escravizados e, que os seringueiros eram brasileiros, que subiam os tributários do Rio Purús e do Rio Juruá, lá se estabeleciam enquanto as incursões peruanas desciam o Rio Juruá e seus afluentes.

“No Juruá”, diz Araújo Jorge, “já em 1870, a onda colonizadora brasileira se estendia até as margens do Amônia e do Tejo e, em 1891, até um pouco a montante da boca do Rio Breu superior. No Purús, os nossos compatriotas ocupavam desde 1891 a confluência do Rio Araçá, depois chamado Chandless, e de 1894 a 1899, fundavam sobre as duas margens do rio principal vários estabelecimentos, ficando como limite da ocupação brasileira no Purús o Rio Santa Rosa, explorado em 1861 pelo nosso intrépido sertanejo Manuel Urbano da Encarnação e depois com o auxílio do Governo Brasileiro, por William Chandless, até as vizinhanças da cabeceira principal (16).

Quanto aos peruanos, só começaram a parecer no Juruá acompanhados de trabalhadores índios, em 1896. Principiaram então os conflitos no Juruá-Mirim. Um comissário peruano, nomeado pelo Prefeito do Departamento de Loreto, apareceu, em 1902, na região do Rio Amazonas com soldados e caucheiros armados, pretendendo fundar um posto militar e aduaneiro chamado Nuevo-Iquitos. Em 1903, tentaram a ocupação da boca do Chandless. Os brasileiros organizados militarmente conseguiram cercar os invasores. Ainda em 1904, quando já em fase de negociações entre as duas potências, houve saques de propriedades brasileiras.

Um *modus vivendi* foi assinado em julho de 1904, mas o acordo teve de ser várias vezes prorrogado, visto que as negociações duraram cerca de cinco anos. Durante este período foram feitos trabalhos destinados a esclarecer as partes a respeito das realidades geográficas da região.

(16). — ARAUJO JORGE — *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*, Rio-1945, ps. 176-7.

“A verificação técnica dos limites, na zona do Purús, é feita por Euclides da Cunha, pelo Brasil, e Pedro Buenano pelo Perú; os do Juruá estiveram a cargo do coronel Belarmino de Mendonça e capitão Fellepe Espular (17).

Era pois, a ultima fase da gloriosa história da exploração acreana, que desde Ricardo Franco, em 1781, de Silva Fontes, de Lacerda de Almeida, de Pereira Caldas, até o Barão de Tefé, Thaumaturgo de Azevedo e Euclides da Cunha se tinham consagrado ao conhecimento do Acre.

A 8 de setembro de 1909 era assinado no Rio de Janeiro entre o Barão do Rio Branco e Hernan Velarde o Tratado que completou a determinação das fronteiras (artigo I) e estabeleceu os principios gerais sobre comércio e navegação na bacia amazônica (artigos V e VI). Os demais dispositivos (artigos II, III, IV e VIII) se referiam à comissão mixta incumbida das demarcações. Na linha limítrofe foram fixados ulteriormente 86 marcos nos 1.565 quilômetros de fronteira que existem entre o Brasil e o Perú.

Diz Lima Figueiredo:

“Os limites do Perú com o Brasil oferecem aos estudantes de corografia, um verdadeiro pau de formiga. É tanto rio, tanto divisor e tanto paralelo que para guardar-se a silhueta da fronteira com os respectivos nomes é mister possuir excelente memória” (18).

Em realidade, este autor simplifica o caso citando os quatro rios que servem de linde, das cabeceiras às barras, o Javari, o Breu, o Santa Rosa e o Chambayaco; os demais setores são paralelos (9° 24', 10° 11') e divisores de águas entre as bacias dos afluentes amazônicos e a bacia do Rio Ucayale.

Ficou assim o nosso território do Acre com uma superficie de 152.000 quilômetros quadrados, isto é, cinco vezes maior que a Bélgica e um pouco maior que a Inglaterra (com o País de Gales).

*

2.5. — EXCERPTA.

BARÃO DO RIO BRANCO — QUESTÕES DE LIMITES (Obras completas). Rio, 1947, ps. 26-28; 107-109).

Tal é, sr. Presidente, o meu modo de pensar relativamente ao Tratado, cuja cópia venho submeter a V.Excia. para os devidos

(17). — CASSIANO RICARDO, *op. cit.*

(18). — LIMA FIGUEIREDO, *Limites do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930 p. 75.

efeitos. Ele representa para mim, além das vantagens já apontadas, a solução que me pareceu melhor para as dificuldades que vim encontrar ao tomar posse do cargo que V. Excia. me confiou.

Duas são as outras soluções que tem sido mais ou menos propostas em público.

1). — Servimo-nos dos brasileiros do Acre, esperando que eles conquistassem definitivamente a sua independência para depois pedirem a anexação ao Brasil de Estado que assim fundassem e que receberíamos na nossa União sem dar compensação alguma a Bolívia; ou

2“. — Recorrer desde logo ao arbitramento para a interpretação da parte final do artigo 2.º do Tratado de 1867, defendendo-nos perante o árbitro a linha do paralelo 10º20’.

A primeira indicação, visando de fato uma conquista disfarçada, nos levaria a ter procedimento em contraste com a lealdade que o Governo Brasileiro nunca deixou de guardar no seu trato com os das outras nações. Entraríamos em aventura perigosa, sem precedentes na nossa história diplomática, e que, por ser de mui demorado desdobramento, nos traria sem dúvida complicações e surpresas desagradáveis, sendo por isso mesmo de desenlace incerto. É a conquista disfarçada que, violando a Constituição da República, iríamos assim tentar se estenderia, não só sobre o território a que nos julgávamos com direito, mas também sobre o que lhe fica ao sul incontestavelmente boliviano em virtude do Tratado de 1867, e onde já dominavam os acreanos em armas. Porque — é preciso não esquecer — o problema do Acre só se podia ou pode resolver ficando brasileiros todos em territórios ocupados pelos nossos nacionais. Acrescentarei, que nada nos permite afirmar que os acreanos seriam forçosamente vencedores. No caso possível de não levarem a melhor, o seu heroico sacrifício de ferir e mover o sentimento nacional, com risco de nos arrastar a uma guerra inglória. Esta infeliz contingência seria também possível no caso de serem os acreanos vitoriosos e de aceitarmos a sua proposta de anexação.

O recurso ao arbitramento teria o inconveniente de retardar de quatro ou cinco anos, senão mais, a desejada solução e de, mesmo no caso de nos ser favorável o laudo do juiz, não trazer decisão alguma radical e definitiva, porquanto ele não suprimiria ou resolveria as dificuldades que os dois países lutavam desde 1809. Iríamos ao arbitramento abandonando e sacrificando os milhares de brasileiros que da boa fé se estabeleceram ao sul do paralelo de 10º20’. O árbitro só nos poderia atribuir o território, que ha-

víamos declarado em litígio ao norte desse paralelo e é ao sul que está a maior parte do Acre, sendo também aí muito mais numerosos os estabelecimentos brasileiros. Durante o processo arbitral continuariam esses nossos compatriotas em conspirações e revoltas contra a autoridade boliviana. Persistiria, portanto, entre nós a agitação política em torno da questão do Acre e na Bolívia, talvez, a tentação de algum novo arrendamento para, com recursos estrangeiros, subjugar uma população que lhe era decididamente indefesa. E, dada a volubilidade da opinião em alguns dos nossos meios políticos e a influência que ocasionalmente poderiam ter na da maioria real ou aparente da nação, era impossível prever a que decisões nos poderia levar, em momentos de exaltação patriótica, o espetáculo da constante revolta desses brasileiros ou o da sua final submissão pelo quase extermínio.

De mim digo que, tratando-se de tão altos interesses do presente e do futuro desta nação, não ousaria aconselhar o arbitramento senão no caso de inteira impossibilidade de um acordo direto satisfatório, e fora do terreno do Tratado de 1867, com garantias muito especiais e de difícil aceitação pela outra parte.

O acordo direto era na verdade o expediente preferível, o mais rápido e o único eficaz, podendo assegurar vantagens imediatas, tanto para o Brasil, como para a Bolívia. A ele recorremos e, depois de paciente labor, conseguimos realiza-lo de modo satisfatório e honroso para os dois países, não só resolvendo radicalmente todas as questões de atualidade, mas abrangendo numa concepção genérica o conjunto das nossas relações de caráter perpétuo com a Bolívia.

Na negociação do Tratado de 8 de setembro último, os dois Governos, como em 1851, tomaram por base o *uti possidetis* atual, de acordo com as verificações feitas no terreno pelos seus comissários técnicos de 1905.

Todos os territórios de que o Brasil está efetivamente de posse, povoados quase que exclusivamente por brasileiros, ficam definitivamente reconhecidas pelo Perú como de nosso domínio; e ao Perú ficam pertencendo, com um pequeno acréscimo, entre o paralelo do Cataí e o rio de Santa Rosa, os territórios do Alto Purús e do Alto Juruá que haviam sido neutralizados em 1904, e onde sabemos que só há estabelecimentos e habitantes peruanos.

A renda que tem produzido o Território Brasileiro do Acre não sofrerá, com o presente Tratado, diminuição alguma, por isso que toda procede das regiões que continuarão dentro das fronteiras do Brasil. A renda que, por metade, retirávamos dos territórios neutralizados tem sido insignificante.

Os nossos territórios do Médio Juruá, do Médio Purús e do Alto Acre terão, portanto, extensão bastante para que, introduzindo neles os necessários melhoramentos e suficientemente povoados, possam, em futuro próximo, constituir mais dois ou três Estados da União Brasileira.

O confronto da enorme vastidão em litígio com a pequena superfície dos únicos trechos passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos — sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia de Ucaiale — pode deixar a impressão de que, pelo presente Tratado, o Governo Brasileiro se reservou a parte do leão.

Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto.

Ratificando a solução que este Tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova de seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito. A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz implicitamente, pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real, e devido tão somente ao excessivo exagero da pretensão levantada em 1863, e mantida com afinco pelo Governo Peruano até pouco tempo.

De fato, a amigável composição a que chegaram os dois Governos em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países. O Brasil e o Perú encerrarão assim definitivamente, de modo pacífico e honroso um litígio que já tinha a duração de quase meio século e por vezes fora causa de incidentes desagradáveis.

*

O Município era habitado por diversas tribos indígenas, merecendo especial destaque o grande império dos Nauás, cujo domínio se estendia por grande extensão. Dentre as demais poderemos citar as tribos dos Amoacás, dos Araras, dos Campos, e dos Colinas. Ainda hoje existem pelo interior os seus remanescentes, mais ou menos civilizados entregues aos misteres da indústria extrativa e da agricultura, mantendo transações com o comércio. Parte dos Amoacás permanece ainda em estado de selvageria, provocando, vez por outra, distúrbios e até ataques à propriedade particular.

A tribo dos Nauás, os principais dominantes, que com suas flechas fez retroceder a expedição do cientista inglês William Chandless, em 1867, abandonou esta localidade, segundo a versão, a partir de 1870, rumando para o Perú pelos altos rios, por consequência de

terrível epidemia. Data de 1857 o início das expedições para o alto Juruá, quando o diretor de índios João da Cunha Correia, atingiu a foz do rio Juruá-Mirim. O geógrafo inglês William Chandlesse, em 1867, atingiu as alturas do rio Campinas, dali retrocedendo em face do ataque dos Nauás. Várias outras expedições foram realizadas, proporcionando o início do povoamento da região por brasileiros civilizados, que se concluiu praticamente com a formação dos seringais, em virtude da imigração de nordestinos que, acossados pelo fenômeno climático das secas, abandonaram os sertões durante os anos de 1877 e 1879. Um desses seringais denominado Centro Brasileiro, que foi explorado por volta de 1890, passou a congregar grande número de brasileiros, donde partiam para explorações nos altos rios.

Em 1896, os primeiros caucheiros peruanos começaram aparecer. Em 1902, o comissário peruano Carlos Vasques Guadra, estabeleceu-se oficialmente à foz do rio Amônia dando início a uma sequência de choques entre brasileiros e peruanos.

Com o Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, o Acre passou definitivamente ao Brasil. Por essa época o local Centro Brasileiro constituía-se de um povoado com algumas dezenas de casas e considerável movimento comercial.

Com a chegada do primeiro prefeito nomeado pelo Presidente da República, verificou-se a instalação do município no dia 7 de setembro de 1904. A instalação, de fato, ocorreu em 28 de setembro do mesmo ano, embora o Decreto n.º 1 assinado pelo Prefeito, Coronel do Exército Nacional, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, data de 7 de setembro de 1904. A cidade de Cruzeiro do Sul, sede definitiva do município, foi fundada em 28 de setembro de 1904.

As contendas entre brasileiros e peruanos tiveram fim com a expulsão dos peruanos, estabelecidos em Posto Militar, na foz do Amônia, após forte combate travado naquele local no dia 5 de novembro de 1904. Em favor dos direitos brasileiros lutaram as tropas do 15.º Batalhão de Fronteiras do Exército, reforçadas pela ajuda dos proprietários importantes dos arredores. Pelos peruanos lutaram as forças do Posto Militar, que totalizaram 80 homens armados. As tropas brasileiras estavam sob o comando do Capitão do Exército Nacional, Francisco de Ávila e Silva, enquanto que os peruanos eram dirigidos pelo Major Ramirez Guadra. O número de mortos foi de 12, dos quais apenas um era brasileiro. Grande foi o número de feridos de ambas as partes.

Outro fato importante ocorreu no dia 1.º de junho de 1910, quando um movimento armado pró-autonomia do Acre depôs o Poder Constituído, formando-se o governo por uma Junta Governativa,

que foi deposta em contralevante das forças legais, em 7 de setembro do mesmo ano. Foram figuras principais entre os rebeldes os coroneis da extinta Guarda Nacional Francisco Freire de Carvalho, João Bussons e Mâncio Rodrigues Lima. Destacou-se pela legalidade o Capitão do Exército Guapindaia de Souza Rodrigues, que comandou as tropas do contralevante.

Em 1913, vasta área do município foi desmembrada, para formação do Município de Tarauacá.

A 1.º de outubro de 1920, o Governo Federal deu nova organização ao Território do Acre, unindo os municípios sob um Governo Geral, com sede na cidade de Rio Branco, que passou a ser a Capital. Anteriormente obedecia a seguinte Divisão do Território (de 1907-1920):

1. — Departamento do Alto Juruá.
2. — Departamento do Tarauacá.
3. — Departamento do Alto Purús.
4. — Departamento do Alto Acre.

O Município de Cruzeiro do Sul possui 2 Distritos:

MÁRIO LOBÃO, no alto Juruá, que teve os seguintes nomes: Vila Humaitá quando teve magistratura própria (Juiz Municipal) e posteriormente Porto Valter.

MÂNCIO LIMA, que chamou-se (Japiim) afluente do Rio Moa e os seguintes:

1. — THAUMATURGO (extinto) no Alto Juruá.
2. — BELO HORIZONTE, ex-Sobral (extinto) Alto Juruá.
3. — SANTA LUZIA (extinto) Alto Moa.
4. — PARANÁ DOS MOURAS (extinto) Alto Juruá.
5. — IRACEMA (extinto) Rio Tejo (perto do Perú).
6. — BOM FUTURO (extinto) Baixo Juruá.

Após a nomeação desse primeiro Governador Geral em 1921, Dr. Epaminondas Jácome, o município passou a ser administrado pelos Prefeitos nomeados pelo Governador, regime que ainda perdura. Cruzeiro do Sul, perdeu, assim, a categoria de Capital do Juruá. Seu progresso se vem processando lentamente, apesar do esforço e estoicismo de seu povo e o acerto das providências de alguns administradores. É que a própria situação geográfica, como aliás de todo o território, lhe é adversa, e os recursos financeiros insuficientes para dotá-lo daquilo que a própria natureza lhe negou: transporte fácil e eficiente.

A não ser as sucessivas substituições dos seus Prefeitos, as quais, via de regra, estão intimamente ligadas as mudanças dos Governadores, nenhum acontecimento digno de menção especial ocorreu no período de 1922 a 1937, no setor administrativo municipal, o mesmo acontecendo nas outras esferas da vida do município nessa etapa de sua história.

Na Divisão Administrativa e Judiciária do Território, fixada para o quinquênio 1939-1943, de acordo com o Decreto-Lei Federal n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, o município figura com quatro distritos: — Cruzeiro do Sul, Japiim, Porto Valter e Thaumaturgo. Essa composição vem sendo mantida até a época atual, vez que as divisões processadas para os quinquênios 1944-1948, 1949-1953 e 1954-1958 não estabeleceram qualquer alteração. O Município é a sede de comarca.

Consoante se esclareceu acima, não se realizaram, por imperativo das leis vigentes, eleições para composição dos Poderes Legislativo e Executivo municipais. Não há por conseguinte Câmaras Municipais. O Poder Executivo enfeixa todas as prerrogativas, outorga essa que lhe conferiu o Decreto-Lei n.º 5.511, de 21 de maio de 1943. Em 1957, o Deputado José Guiomard dos Santos apresentou projeto elevando o Território a Estado, que resultou na lei n.º 4.069, de 12 de junho de 1962, sancionada pelo Presidente da República João Goulart.

ATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE.

“Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e quatro, da era de Christo, 83.º da Independência e do Império e 16.º da República, sendo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o Exmo. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e Ministros do Estado os Exmos. Snrs. Dr. José Joaquim de Seabra, do Interior e Justiça; Dr. Leopoldo de Bulhões Jardim, da Fazenda; Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, das Relações Exteriores; Marechal Francisco de Paula Argollo, da Guerra, Almirante Júlio Cesar de Noronha, da Marinha; Major Lauro Severino Muller, da Viação, Indústria e Obras Públicas; com a presença dos Snrs.: Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento; Dr. Fernando Luiz Vieira Ferreira, Juiz do Distrito; Dr. Manoel Fellippe de Souza Leão, Promotor Público; Tenente Coronel da Guarda Nacional Theodoro Monteiro da Cunha, escrivão e tabelião; Tenente-Coronel Cipriano Alcides, comandante do 15.º Batalhão de Infantaria; Oficiais do mesmo Batalhão; funcionários da Prefeitura e diversas pessoas gradadas todos reunidos na praça principal do lugar denominado “Cen-

tro Brasileiro”, situado na margem esquerda do rio Juruá, para o fim de assistir a colocação da pedra comemorativa da fundação da sede permanente da Prefeitura do Alto Juruá, foram lidos os decretos da Prefeitura, desta data, n.º 8, relativo a transferência da sede provisória da Prefeitura, do lugar “Invencível”, para o “Centro Brasileiro” que passou a chamar-se “Cruzeiro do Sul”; n.º 9, criando uma medalha comemorativa do ato solene da Fundação da mesma sede; n.º 10 da criação de uma escola mixta de ensino primário, para menores; n.º 11 do estabelecimento de outra escola de ensino primário para adultos, aquela com a denominação de “Escola Visconde do Rio Branco” e esta com a de “Escola Rodrigues Alves”, e bem assim diversos discursos análogos ao ato, pelos Snrs. Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Prefeito do Departamento; Dr. Fernando Luiz Vieira Ferreira, Juiz de Direito; Dr. Manoel Felipe de Souza Leão, Promotor Público; Henrique Pereira Lucena, secretário Geral da Prefeitura; Francisco Pacheco, Oficial de Gabinete do Prefeito; alferes Nylo Guerra, chefe da secção da Secretaria Geral da Prefeitura; alferes Luiz Sombra, chefe de secção da Directoria do Interior.

Nesta ocasião depôs-se em cova aberta no solo, com base e paredes de alvenaria cimentada, uma caixa de folha de zinco 0m,30 de comprimento, 0m,23 de largura e 0m,12 de altura, dentro de outra de madeira de lei, de 0m,32 comprimento, 0m,28 de largura e 0m,15 de altura, aquela pintada de roxo terra e esta de amarelo, em todas as faces em uma outra de madeira, também de lei, 0m,39 de comprimento 0m,32 de largura e 0m,20 de altura, encerradas ainda em uma última de madeira igualmente de lei, de 0m,42 de comprimento, 0m,36 de largura e 0m,25 de altura, e o todo contido em uma nova caixa de cimento, que foi assente na sobredita cava, formando um massiço de forma prismática rectangular.

Na caixa acham-se os seguintes documentos: Os discursos proferidos a respeito da cerimônia, o n.º 1 da *Remasença*, revista fluminenses, trazendo o retrato do Dr. José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, oferecido pelo Capitão Edmundo Francisco Xavier de Barros, *O Acre* de Thaumaturgo de Azevedo, *Diário Oficial*, de 14 de janeiro, de 4 e 5 de março, de 17 e 28 de abril, ns. aluzivos à questão do Acre e o tratado da Bolívia o *Jornal do Comércio*, do Rio, de 18 de julho, com o accordo brasileiro-peruano, o jornal *Commercio Manaus* de 8, 10 e 24 de julho, com notícias sobre a Prefeitura do Alto Juruá, *O Progresso* n.º 1 do Amônia, relativo ao tratado com a Bolívia todos oferecidos pelo Coronel Thaumaturgo, Os Interesses Maranhenses, Livro de Francisco Pacheco, oferecido pelo autor, o decreto de 28 de outubro de 1899, sobre eleições federais, oferecido pelo Dr. Vieira Fer-

reira, *Jornal do Commercio*, de 10 de julho a *Provincia do Pará*, da mesma data, e *Folha do Norte*, de 23 de julho, todos do Pará, oferecidos pelo Alferes Luiz Sombra. O *Brasil Marcial* com o retrato do Dr. Thaumaturgo de Azevedo, oferecido pelo tenente Fernando Guapindaia, O *Jornal de Sergipe* de 17 de julho de 1902 e o *Resistente de Minas* de 14 de fevereiro de 1903, oferecido pelo alferes Nylo Guerra, as moedas de prata de 2\$000 de 1888, de 100 reis de 1889, de 100 e de 200 réis de 1901, e uma de cobre de 20 réis de 1895, oferecidas pelo coronel Thaumaturgo de Azevedo, as moedas de 400 réis de níquel, de 1901 e outra de 100 réis de 1885 e uma de 10 réis de cobre pelo capitão Dr. João Batista Neiva de Figueiredo, uma moeda de níquel de 400 réis, de 500 réis 1864 e de 200 réis de 1859, oferecidas pelo cidadão Antônio Marques de Menezes, as moedas de níquel de 200 réis, de 1901, e um facmle das assinaturas de D. Pedro I e de D. Pedro II e do Regente Pedro de Araujo Lima oferecidos pelo alferes Nylo Guerra, e vários cartões de visita.

Assistiu ao ato uma companhia de guerra que fez evoluções militares, retirando-se mais tarde para o seu acampamento, no “invencível”, assim como todos os presentes, a fim de tomarem parte na continuação dos festejos comemorativos da data de 28 de setembro e em regosijo pelos atos da Prefeitura. E para constar se lavrou esta ata, que vai assinada pelos assistentes, e da qual se fizeram três exemplares: uma para ser enviado ao Exmo. Snr. Ministro da Justiça, e Negócios Interiores, um para ser depositado no Arquivo Geral da Prefeitura e o outro que é encerrado nas referidas caixas e está na cava, fechado com alvenaria cimentada e sobre a qual é levantado um tronco de pirâmide de 0m,50 acima do solo. Seguem-se as assinaturas:

Gregório de Thaumaturgo de Azevedo, Fernandes Luiz Vieira Ferreira, Manoel Felipe de Souza Leão, Theodoro Monteiro da Cunha, Cypriano Alcides, Major Benjamim da Cunha Moreira, Henrique Pereira de Lucena, Capitão José Custodio da Silveira, Capitão Domingos Gomes da Rocha, Ten. Pedro Lustoza de Araujo Costa, Dr. Fernando de Aquino Gaspar, Alferes Antônio Sebastião Ribeiro, Alferes João Sebastião Dias, Alferes Brígido Nunes Ferreira Pará, Alferes Antônio Padilha, Capitão J. Batista Neiva de Figueiredo, Capitão Domingos Jesuino Júnior, Manoel da Costa Monteiro Vilas Boas, Manoel Fran Facheco, Ten. Fernando Guapindaia de Souza, Capitão Edmundo Francisco Xavier, Alferes Nylo Guerra, Alferes Luiz Sombra, José Pereira de Brito L. de Barredo, Manfredo Catanhêde, Domingos Cunha Souto Maior, Afonso de Souza Rabelo, Candido Thomé Rodrigues, Alferes Raymundo dos Santos, Alferes Augusto Lima Mendes, Alferes Hermínio Castelo Branco, Gertrudes da Silva Ramos, Anna

de Holanda, Amabile Mena Barreto, Francisca de Oliveira, Maria da Conceição, Maria do Carmo, Maria Raimunda, Clotildes Barbosa de Menezes, Maria de Nazareth, Ten. José Lucas Barbosa, Gervasio Nogueira, Zeferino da Silva Ramos, Francisco de Castro Lima, Pedro Telles de Menezes, Manoel Absolon de Souza Moreira, José Josué Queiroz Lima, João Ribeiro Brasil Montenegro, João Batista de Oliveira Maia, Antônio Castro Lima, João Pedro Sevalho, Francisco Carlos de Oliveira, Cap. Felipe Fernandes de Castro, Joaquim Jaques de Castro, Miguel Horacio da Silva, Manoel Bras Melo, Manoel Nogueiro Pinheiro, Francisco Pereira Ramos, Francisco Januário de Assis, Coronel Bachareo Adriano Pimentel, Nelson Campos da Silva, Manoel Rodrigues de Moura, Francisco Tertuliano de Carvalho, Emydio Domingues da Silva, Francisco Chagas Valle, José Thomas Gomes, Antônio Tavares Duba, Depociano Ferreira Gomes, Olegário Alves de Lima, Ernesto de Souza Leão, Joaquim Alfredo Saldanha, José Castelar Pinheiro, Vicente Picolni, Antônio Hollanda de Freitas, Augusto Mena Barreto, Francisco Bezerra Cazumba, Lourenço Teixeira de Pinho, Francisco Manoel de Araújo, José Antonio de Salles, Manoel Gomes Ferreira, Ricardo Bussons, Joaquim de Souza Dantas, Arcellino Bentes de Mello, Geminiano Hollanda Freitas, Moysés de Menezes Barbosa e Silva, Valentim Alves de Oliveira, Manoel Antônio Ribeiro, Francisco Pedro de Santana, Cândido Ferreira da Silva, Joaquim Domingos da Silva, Antônio Ramos de Figueiredo, Evaristo Ferreira da Rocha, Capitão João de Mattos Nogueira, Alferes Fausto Anberim de Paiva, Hilariana M. O. de Assis, Francisco Costa, José Israel, Francisco D'Avila e Silva, Benevides Barreto Lucena, secretario geral da Prefeitura, subscrevo e assino a presente acta. Henrique Pereira Lucena — Secretário geral.

*

PREFEITURA MUNICIPAL.

O edificio foi construido por Zeferino da Silva Ramos, tendo Mâncio Lima, numa das ocasiões que fora Prefeito, comprando-o ao referido Zeferino por seis (6) contos de réis e adaptado-o para administração municipal. Numa das dependências funciona a Difusora Cruzeirense A VOZ DOS NAÚAS iniciativa do ex-governador do Acre Cel. Manoel Fontenele de Castro, e que há anos vem, sob a Direção de Orsetti Gomes do Vale, prestando os mais relevantes serviços aos municípios cruzeirenses.

*

DIRIGENTES DE CRUZEIRO DO SUL.

Datas em que foram empossados.

07/09/1904 — Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo

01/10/1906 — Dr. João Virgulino de Alencar

- 14/07/1907 — Dr. Antônio Manuel Bueno de Andrade
09/05/1910 — Cel. João Cordeiro
02/05/1911 — Coronel Pedro Avelino
17/02/1912 — Capitão Francisco Siqueira do Rego Barros
06/04/1916 — Dr. Eleutério Frazão Muniz Varela
25/09/1916 — Dr. José Augusto Carvalho Melo
11/04/1918 — Dr. José Joaquim da Costa Pereira Braga
21/01/1921 — Manuel Acrísio Xavier Bezerra
10/01/1923 — Cel. Mâncio Agostinho Rodrigues Lima (19).
30/07/1926 — Cel. Manuel Teixeira da Costa
01/07/1927 — Cel. Mâncio Agostinho Rodrigues Lima
13/11/1930 — Pedro de Moraes
10/12/1933 — Cel. Mâncio Agostinho Rodrigues Lima
28/09/1934 — Pedro de Moraes
21/02/1936 — Raimundo Augusto de Araujo
16/06/1939 — Mário de Oliveira Lobão
14/08/1939 — José Felipe da Costa Abreu
25/10/1941 — Mário de Oliveira Lobão
05/11/1943 — Silvestre Gomes Coelho
04/08/1945 — Raimundo Mendes de Brito Arraes
26/11/1945 — Dr. Abel Pinheiros Maciel Filho
23/05/1946 — Alfredo Pereira Sales
26y01/1948 — José Jeferson de Andrade
11/05/1949 — Osvaldo d'Albuquerque Lima
03/12/1949 — Antônio Miguel Nicolau
28/06/1950 — José Klermann de Mesquita Meira
27/12/1951 — Ten. Tancredo Maia
15/09/1953 — Joaquim Lopes da Cruz
11/06/1956 — Fernando Peres Nobre
10/06/1961 — Ten. Francisco Aluízio de Queiróz
28/07/1962 — Osvaldo d'Albuquerque Lima
17/10/1962 — Francisco do Vale Vieira
12/10/1963 — Maurício Peres Nobre
31/10/1967 — Moacir de Souza Rodrigues
27/05/1971 — Francisco Maciel Cardoso — Presidente da Câmara Municipal.
25/08/1971 — Pedrinho Renzi — Prefeito nomeado.

Raramente a posse de um Prefeito coincide com a retirada do antecessor, pois muitas vezes já aquele se havia retirado, encontrando-se na cadeira o secretário. assim, Osvaldo d'Albuquerque Lima

(19). — MÂNCIO AGOSTINHO RODRIGUES LIMA — nasceu em Russas, no Ceará (1899-1950). Foi Prefeito várias vezes em Cruzeiro do Sul. Introduziu o gado argentino e o banheiro carrapaticida no Município; construiu também o Aeroporto. Existem descendentes na cidade.

exerceu o cargo cerca de uma dezena de vezes como Newton de Vasconcelos Pessoa e outros.

Ainda, em 1910, no regime prefeital houve uma revolta autonomista que depôs o então Prefeito João Cordeiro, constituindo-se uma junta governativa que teve a duração de cem dias e foi composta de Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, Francisco Freire de Carvalho e João Bussons.

A dita revolta foi sufocada pelo Ten. Fernando Guapindaia de Souza Breguense, que assumiu a direção do município por 3 meses e 4 dias, quando passou o governo ao Cel. Pedro Avelino.

*

FONTES MANUSCRITAS.

1. — *Arquivo da Prefeitura Municipal.*

Praça da Bandeira, s/n.

Fundação: 28 de setembro de 1904.

Primeiro Prefeito Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo, empossado em 1904. Francisco do Vale Vieira, último Prefeito na fase de Território, de 17/10/1962 a 12/10/1963. Mauricio Peres Nobre, primeiro Prefeito na Fase do Acre Estado de 12/10/1963 até 31/01/1967, quando Moacir de Souza Rodrigues, último Prefeito eleito antes da Lei de Fronteira entrou em vigor, tomou posse, até agosto de 1971. O atual, é Pedrinho Ranzi, que segundo a referida Lei de Fronteira é nomeado pelo Governador do Estado do Acre e refendado pelo Presidente da República.

1.1. — LIVRO DE REGISTRO DE LEIS — Foram extraídos muitos livros da Prefeitura. Esta possui pasta desde 6/04/1967, sendo o último Registro de 17/06/1971.

1.2. — LIVRO DE REGISTRO DE DECRETOS E REGULAMENTOS — 9 volumes em bom estado de conservação desde 20/09/1939 até 10/08/1971.

1.3. — PASTA DE CORRESPONDÊNCIA.

1.3.1. — Correspondência 63 volumes (expedida).

1.3.2. — Correspondência 75 volumes (recebida) ambas desde 31/12/1948 até 13/08/1971.

1.4. — Biblioteca Thaumaturgo de Azevedo — já instalada, possui 100 volumes, funcionando nas dependências da Prefeitura Municipal.

2. — *Arquivo da Câmara Municipal.*

Localizada a Avenida Getúlio Vargas, s/n, ocupa atualmente uma das salas do Jardim da Infância "Oswaldo Lima". É seu Presidente Francisco Maciel Cardozo, Vice Presidente Cícero Rodri-

gues Santiago e Secretário: Albino de Oliveira Rosas. Possui 7 Vereadores e a reunião é realizada às 5.as feiras pela manhã.

2.1. — ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA — 3 volumes, sendo a 1.^a realizada em 7 de setembro de 1963, Instalação da Câmara e a última em 5 de agosto de 1971.

2.2. — PROJETOS DE LEI — Arquivadas em Pastas desde 31 de outubro de 1963 até hoje.

2.3. — LIVRO DE RESOLUÇÕES DA CÂMARA (não existe).

2.4. — PROTOCOLO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS (não existe).

2.5. — LIVRO DE PRESENÇA DE VEREADORES ÀS SESSÕES DA CÂMARA — Arquivadas em Pastas desde 18/07/1964 até 19/08/1971.

2.6. — POSTURAS MUNICIPAIS — Projeto elaborado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo — Lei n.º 20 de 01/07/1964.

2.7. — TERMO DE POSSE DOS VEREADORES — Desde 12/10/1963, com a sessão de posse do primeiro Prefeito eleito pelo Município.

2.8. — PASTAS DE LEIS — 3 volumes, desde 09/01/1964 até 17/06/1971.

2.9. — BIBLIOTECA — A Câmara Municipal possui biblioteca, porém aberta somente aos Vereadores.

3. — *Arquivos Judiciários.*

3.1. — *Cartório de Registros Civil de Pessoas Naturais.*

Instalação — 19 de outubro de 1904.

Localização — Praça João Pessoa, s/n.

Serventúrio — Gerson Teles de Menezes (Nomeado em 30 de outubro de 1964).

3.1.1. — *Livro de Registro de Nascimentos.*

46 volumes manuscritos, tendo o primeiro registro extraviado, compendendo o n.º 130, ocorrido em 16 de março de 1908 e o último sob o n.º 22.438 em 16 de agosto de 1971. Estão em bom estado de conservação.

3.1.2. — *Livro de Registro de Casamentos.*

12 volumes manuscritos em bom estado de conservação, sendo o n.º 1, ocorrido em 31 de dezembro de 1904 e o atual Livro n.º 12, sob o n.º 2.236 em 17 de maio de 1971.

3.1.3. — *Livro de Registro de Óbitos.*

12 volumes manuscritos, em bom estado de conservação, tendo o volume n.º 1 sido extraviado; Livro n.º 2, registro n.º 1 em 8 de julho de 1911 sob o n.º 278 e o último Livro n.º 12, sob o n.º 6.270, em 11 de agosto de 1971.

3.1.4. — *Livro de Registro de Edital de Proclamas.*

1 volume manuscrito, em bom estado de conservação, sob n.o 1 em 28 de fevereiro de 1966 e o último sob o n.o 307 em 3 de maio de 1971.

3.1.5. — *Livro de Emancipação, Interdição e Ausência*

1 volume manuscrito em bom estado de conservação, n.o 1 em 16 de maio de 1969 e o último em 11 de dezembro de 1969.

3.1.6. — *Livro de Feitos (não existe).*

3.1.7. — *Livro de Registro de Feitos de Retificação de Nascimento* (não existe, são feitos no próprio livro de Registro de nascimentos).

3.2. — *Cartório de Imóveis e Anexos.*

Instalação — 1913.

Localização — Forum Praça João Pessoa s/n.

Oficial Maior — José de Nazareth da Cruz Veras.

3.2.1. — *Setor de Registro de Imóveis.*

3.2.1.1. — Livro I — *Protocolo.*

Um volume manuscrito, em bom estado de conservação, sendo o primeiro assentamento realizado em 4 de abril de 1916, sob n.o 176 e o último, sob n.o 445 em data de 4 de julho de 1954.

3.2.1.2. — Livro II — *Inscrição Hipotecária.*

Um volume manuscrito, sendo que a primeira foi realizada sob o n.o 71, em 24 de maio de 1916 e a última sob n.o 117, em data de 12/07/1971. Em bom estado de conservação.

3.2.1.3. — Livro III — *Transcrição das Transmissões.*

Um volume manuscrito, em bom estado de conservação, sendo o primeiro assentamento realizado em 4 de abril de 1916, sob o n.o 104 e a última sob o n.o 1050, realizada em 16/07/1971.

3.2.1.4. — Livro IV — Registros Diversos, não possui, entretanto é substituído pelo de *Penhor Agrícola*. Um volume manuscrito, em bom estado de conservação, sendo o primeiro assentamento realizado em 19/03/1924, sob o n.o 1 e o último sob n.o 295 em data de 02/12/1965.

3.2.1.5. — Livro V — *Emissão de Debêntures.*

Possui, porem não é utilizado.

3.2.1.6. — Livro VI — *Indicador Real*

Um volume manuscrito, em bom estado de conservação, sendo o primeiro assentamento, sob o n.o 3, em data de 29 de novembro de 1916 e o último sob o n.o 63 referente ao Livro 2B página 5.

3.2.1.7. — Livro VII — *Indicador Pessoal.*

Um volume manuscrito, sendo o primeiro lançamento sob o n.o 15 — Alfredo Telles de Menezes, referente a Livro 2B fls. e e 5 e o último, sob o n.o 20 — Padre Afonso Damaclieu Livro 3C fls. 20.

4.2.1.8. — Livro VIII — Registro de loteamento para venda de lotes a prazo — não possui.

3.2.1.9. — *Livro Auxiliar* — Convenções ante-nupciais. não possui, quando ocorre são lançados em livro comum.

3.2.2. — Setor de Registro de Títulos e Documentos.

3.2.2.1. — Possui apenas o Livro IB, face a Lei n.º 1000, assim temos: sob o n.º 2.157, datado de 9 de março de 1970 e o último sob o n.º 2.206, datado de 14 de julho de 1971.

3.2.2.2. — Livro B. Para transcrição integral de títulos e documentos.

3.2.2.3. — Livro C — Para registro de títulos e documentos para validade contra terceiros.

3.2.2.4. — Livro D — Para registro de penhores.

3.2.2.5. — Livro Auxiliar — Para matrícula de oficinas impressoras, jornais, periódicos, estatutos de sociedades civis e as associações de utilidade pública. Foram distribuídos segundo a Lei 1000 de 1969 (Judiciário Federal).

3.2.3. — Setor de Protestos de Títulos.

3.2.3.1. — Livro de apresentação de títulos (não possui).

3.2.3.2. — Livro para Registro de Instrumentos de Protestos.

Seis volumes em folhas datilografadas e encadernadas, sendo o Primeiro Instrumento datado de 28/02/1909 e o último datado 03/02/1971.

3.2.4. — Cartório de Juri.

3.2.4.1. — Quadro Geral de Jurados para processo crime, substituído pela Lista Geral de Jurados para processo crime, em conjunto com o Livro de Sorteio de Jurados (3.2.4.2.)

Um volume manuscrito, sendo a primeira transcrição datada de 08/04/1938 e a última de 16/11/1970.

3.2.4.3. — *Atas do Juri*.

Dois volumes manuscritos, datado a primeira ata de 08/04/1938 e a última de 30/06/1969.

3.2.4.4. — *Livro de Feitos* — Tombo do Cartório.

Um volume manuscrito para o Civil, datado de 26/12/1957 a 23/07/1971. Um volume manuscrito para o Crime, datada de 04/primeira sob o n.º 2.477 e a última sob o n.º 232, datada de 11/1957 a primeira sob n.º 2.466 e a última sob n.º 3.051, em 11/05/1971.

3.2.4.5. — *Livro Carga* — Para carga de autos enviados à Promotoria, Delegacia e mais partes interessadas. Dois volumes datada 09/04/1965 — 30/04/1971.

3.2.4.6. — *Livro de Protocolo das Audiências* (não existe).

3.2.4.7. — *Registro de Ofícios enviados para identificação* (não existe).

- 3.2.4.8. — *Registro de Selo Penitenciário* (não existe).
3.2.4.9. — *Livro de Termos de Compromisso*.
Um volume manuscrito — Primeiro Termo lavrado em 04/10/1915 e o último 21/10/1965.
3.2.4.10. — *Quadro Geral dos Jurados para crimes contra economia popular*. (não existe)
3.2.4.11. — *Sorteio dos Jurados* (não existe).
3.2.4.12. — *Atas do Juri dos crimes contra a economia popular* (não existe).
3.3. — *Ofícios da Justiça e Anexos*.
3.3.1. — *Cartório* — Estabelecimento do Ofício de Notas e Anexos.
Instalação — 1913.
Localização — Forum.
Serventuário — José de Nazareth da Cruz Veras.
3.3.1.1. — *Setor Criminal*.
3.3.1.1.1. — *Livro de Registro de Sentenças Criminais*
10 volumes de folhas soltas datilografadas e encadernadas. 1.º registro em 06/07/1942 e o último em 17/05/1971.
3.3.1.1.2. — *Livro de Protocolo de Audiências Criminais* (não possui).
3.3.1.1.3. — *Livro Rol dos Culpados*.
Dois volumes manuscritos, primeiro assentamento em 28/03/1921 e o último sob n.o 530, datado de 17/03/1971.
3.3.1.1.4. — *Livro de Registro de Selo Penitenciário* (não existe).
3.3.1.1.5. — *Livro de Audiências de Sursis* (não existe)
3.3.1.1.6. — *Livro de Registro de Fianças* (não existe).
3.3.1.1.7. — *Livro de Registros de Feitos criminais* (em conjunto o Tombo do Cartório).
3.3.1.2. — *Setor Civil*.
3.3.1.2.1. — *Livro de Feitos Cíveis* (em conjunto com o tomo do Cartório).
3.3.1.2.2. — *Livro de Registro de Feitos Arquivados* (em conjunto com o Tombo do Cartório).
3.3.1.2.3. — *Livro de Tutelas e Curatelas* (não existe).
3.3.1.2.4. — *Livro de Protocolo de Audiências Cíveis* (não existe).
3.3.1.2.5. — *Livro de Registro de Executivos de Feitos Fiscais da Fazenda Estadual* (não existe).
3.3.1.3. — *Setor Trabalhista*.
3.3.1.3.1. — *Livro Protocolo de Audiências de Acidentes no trabalho* (não possui).
3.3.1.3.2. — *Livro de Registro de Comunicação de Acidentes no trabalho* (não possui).

3.3.1.3.3. — *Livro Protocolo de Audiências trabalhistas* (não possui).

3.3.1.4. — *Setor de Notas*

3.3.1.4.1. — *Livro I — Notas destinadas a escrituras em geral*. 23 volumes manuscritos, sendo a primeira data de 08/10/1901 e a última datada de 12/07/1971.

3.3.1.4.2. — *Livro II — Procurações*.

34 volumes manuscritos, primeira lavratura em 09/05/1906, e a última em 14/07/1971.

3.3.1.4.3. — *Livro III — Livro de Registro de Procurações* (não possui).

3.3.1.4.4. — *Livro de Registro de Testamento* (não possui, são lavradas no Livro de Notas).

3.3.1.5. — *Setor de Notas de Registro Civil*.

3.3.1.5.1. — *Registro de Firmas Comerciais*.

10 volumes manuscritos, 1.o registro 01/10/1908 e último em 15/07/1971.

3.3.1.5.2. — *Livro de Registro de Procurações* (não existe).

3.3.1.5.3. — *Livro de Registro de Firmas Industriais* (não possui, registra junto com o n.o 1).

3.3.1.5.4. — *Livro de Termos de Compromisso* (não possui)

3.3.1.5.6. — *Livro de Assinaturas de Eleitores de Cruzeiro do Sul* (não possui).

3.3.1.5.7. — *Livro de Atas de Eleição*.

Um volume manuscrito, 1.a ata em 26/11/1966 e a última em 27/11/70.

3.3.1.5.8. — *Livro de Inscrição dos Eleitores 4.a*

Dois volumes manuscritos, 1.a inscrição em 23/10/1957; última sob n.o 6.556 em 17/05/1971.

3.3.1.5.9. — *Livro de Expedição de Títulos de Eleitores*

Dois volumes manuscritos, 1.a expedição sob n.o 1 em 14/08/1957; última expedição sob n.o 6.556 em 17/05/1971.

4. — *Religião*.

4.1. — *Igreja Católica*.

Arquivo Paroquial.

Paróquia de N.S. da Glória, localizada na Praça da Bandeira, s/n, sendo seu titular o Padre Karl Kunz, empossado em 01/01/1965; pertence a Prelazia do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul.

4.1.1. — *Livro do Tombo*.

A Paróquia foi fundada em 1915, pelo Padre Affonso Donna-dieu, tendo sido seu primeiro Vigário. Pertencia à Prelazia de Tefé, no Amazonas.

4.1.2. — *Livro de Batizados.*

Há dois tipos de batizados, 1.º os realizados na Sede da Paróquia e os realizados fora dela, chamados Desobrigas, que se encontram atualmente nas respectivas paróquias.

21 volumes manuscritos, sendo o primeiro de 28/03/1915 e o último assentamento data de 01/06/1971. Desobrigas 45 volumes, do Alto, Médio e Baixo Juruá, desde 1900 até 1960.

4.1.3. — *Livro de casamento.*

Há dois tipos de casamentos — 1.ºs realizados na Matriz e outros realizados fora dela, os chamados desobrigas. Matriz 6 volumes desde 1917 (10 nov). e o último 25/06/1971. Desobriga 3 volumes manuscritos, Alto Médio e Baixo Juruá, desde 1918 a 1963.

4.1.4. — *Livro de Óbitos* (não existe)

4.1.5. — *Livro de Crismas.*

Matriz 4 volumes — 1.ª crisma realizada em 14/04/1962 e a última em 15/08/1969.

4.1.6. — *Escolas ou obras mantidas pela Prelazia.*

Município de Cruzeiro do Sul — Prelazia — Paróquia de N. S. da Glória — Catedral e Paróquia de N.S. da Glória abriga 49.000 almas. Capela do Instituto de Sta. Terezinha.

4.1.6.1. — *Paróquia de Sta. Terezinha*

Turnos	Diurno e Vespertino	
600 alunas da Escola São José		
(turno da manhã)	220	620

Fora da zona Urbana.

(Matriz) 6 capelas		
Escola Paroquial	60	670
Possui Ambulatório (atendimento mensal 2.000 pessoas).		

4.1.6.2. — *Paróquia Japiim* (atual Mâncio Lima). 8 capelas.

Escola Paroquial	160	830
------------------------	-----	-----

4.1.6.3. — *Paróquia de Porto Valier.* (atual Mário Lobão) Ac. N.S. Conceição. 7 capelas-Ambulatório

Escola Paroquial com internato e externato masculino e feminino	80	910
---	----	-----

4.1.6.4. — *Município de Tarauacá Ac.*

Matriz São Francisco (Padroeiro 17.000 almas) Escola Paroquial	120	1030
Possui ainda Ambulatório, Centro Social, Clube das mães e 6 capelas.		

4.1.6.5. — *Município de Feijó - Ac.*
17.000 almas. Matriz São José de Feijó — Ambulatório. Curato Foz do Jurupari AM.

4.1.6.6. — *Eirunepe AM Matriz São Francisco.*

Escola Paroquial	600	1630
Ginásio	70	1700
Ambulatório — Hospital — Gabinete Dentário. Igreja N.S. Fátima		
Escola Paroquial	120	1920
3 capelas — Olaria-Marcenaria-Oficina Mecânica-Estaleiro-Centro Social-Cooperativa Agrícola Mista.		

Paróquia de Pacatuba — N.S. das Dores. Matriz 800 almas — 3 capelas.

Guarujá Município de Ipixuna AM — Matriz. S. Francisco — 3 capelas e Ambulatório. Oficina Mecânica e Marcenaria.

4.2. — *Protestantismo.*

4.2.1. — *Primeira Igreja Batista*, fundada em 1931 pelo Pastor Americano Mr. Brando, (com 350 almas) em companhia de Mr. Paul, com quem posteriormente brigou em virtude do uso ou não do veu, durante o officio, assim desligou-se e fundou:

4.2.2. — *Missão da Fé* com 300 almas, em 1935.

4.2.3. — *Missão Religiosa do Seringal de Periperi*, organizado pela missionária americana Miss Done May em 1960 com 100 almas.

4.2.4. — *Pentecostal* — fundada em 1950 com 150 almas.

4.3. — *Espiritismo.* Um Centro Espírita fundado em 1930 por Antônio Pereira de Mello, com 30 membros.

5. — *Instituições Culturais.*

Existem no Município de Cruzeiro do Sul, estabelecimentos de ensino primário e médio. No ensino médio há 2 ginásios, (um do Governo e outro da Prelazia), 1 escola Técnica de Comércio do Estado, 1 Curso Normal Rural e 1 Curso Pedagógico, ambos da Prelazia — Instituto Santa Terezinha.

*

INSTRUÇÃO

Na cidade de Cruzeiro do Sul a instrução primária está bem difundida, e também a secundária com relação ao sexo feminino, o mesmo não acontece com o masculino, que por falta de uma escola secundária, logo após o curso primário os cruzeirenses se vão a bus-

ca-la noutras paragens e não mais volvem ao torrão natal. Também o interior do município está mal servido, visto que o sistema de escolas isoladas nunca poderá alfabetizar a população escolar, ali, em virtude das enormes distâncias. O ideal seria um sistema de internatos na zonas dos seringais, os quais, além de alfabetizarem os filhos dos seringueiros dando-lhes orientação rural adequada, seriam ainda sementes de novas cidades. Damos abaixo um quadro demonstrativo do movimento educacional no município, em 1954.

Unidade escolar	Nomes	Curso	Profs.	Matr.	Local
1	Com. Braz de Aguiar	Primário	12	232	Cidade
1	Barão do R. Branco	Primário	9	228	Cidade
1	*Instit. S. Terezinha	Primário	8	130	Cidade
1	*Instit. S. Terezinha	Normal	5	27	Cidade
1	*Colégio São José	Primário	4	72	Cidade
42	Escolas isoladas	Primário	52	1.500	Interior
1	*São Francisco	Primário	3	90	Japiim

* Estabelecimento de ensino particular.

*

A IGREJA CATÓLICA — OBRA RELIGIOSA E SOCIAL.

A todos é patente a obra da Igreja através dos séculos. Em Cruzeiro do Sul, a Igreja continua a sua missão de guia educadora do povo. Quase toda a Amazônia, no princípio deste século, estava sob a jurisdição do Arcebispo de Belém e depois, do Bispo de Manaus. Assim, a Paróquia de Cruzeiro do Sul, desde sua ereção, foi servida por sacerdotes que, vindo de Manaus, chegavam eventualmente para desobrigar os fiéis desta região. Entre outros, deve-se mencionar o Padre Raimundo de Oliveira que benzeu a pedra fundamental da primeira Matriz de Cruzeiro, a 15 de agosto de 1911, em terreno cedido pelo Prefeito do Departamento Coronel Pedro Ave'ino, na Praça Visconde do Rio Branco.

Dada porem a escassês da visita do Sacerdote, o povo estava praticamente abandonado, sob o ponto de vista religioso.

Em 1915 a paróquia de Cruzeiro foi confiada, como já o tinha sido São Felipe (Eirunepé) e Vila Seabra (Tarauáca), aos Padres da Congregação do Espírito Santo da Prefeitura Apostólica de Tefé. Esta mudança melhorou a situação religiosa de Cruzeiro, mas não a solucionou, pois a Prefeitura Apostólica de Tefé, com um reduzido clero, tinha de arcar com as suas próprias necessidades. O Padre Afon-

so Donnadieu chegou a Cruzeiro a 15 de março de 1915. Tendo porem que desobrigar os diversos rios da Paroquia, a sua residência em Cruzeiro, pouco se fazia sentir. Apesar disso, foi ele o construtor da atual Matriz de Cruzeiro do Sul. Espírito empreender e combativo, o Padre Afonso deixou em Cruzeiro traços indeléveis. Retirou-se em 1927.

A 23 de outubro de 1929, Monsenhor Miguel Barrat, enviou, para fixarem residência em Cruzeiro do Sul, Revdos. Padres Agostinho Habercorn e Henrique Schumer. É então que começa propriamente a vida paroquial de Cruzeiro do Sul. Esses dois sacerdotes foram acolhidos delirantemente pelo povo, conforme atesta o *O Rebate* dessa época. Surgiram então ou corroboraram-se as associações religiosas; floresceu a frequência aos Sacramentos e a assistência à Santa Missa. Lançaram também eles os fundamentos da grande Obra Social que é hoje o Internato e Escola São José.

A semente foi fecunda e coroando o trabalho desses abnegados sacerdotes, temos hoje dois sacerdotes brasileiros que foram nesse tempo, plantas tenras de sua “estufa” — O Padre Edison Dantas de Oliveira e o Padre Meneval de Andrade.

A semente foi fecunda e coroando o trabalho desses abnegados administração proficua quer civil, quer religiosa, levou a Santa Sé Apostólica a erigir em Prelazia, a região do Alto Juruá, pela Bula *Manus Regendi* de 22 de março de 1931, determinando a Cidade de Cruzeiro do Sul, com sede Preatizia. O primeiro Bispo do Alto Juruá, D. Henrique Ritter foi nomeado a 6 de setembro de 1935, porem só aqui chegou a 19 de abril de 1939. Com o primeiro Bispo, em datas diversas mas aproximadas, chegaram a Cruzeiro do Sul. vários sacerdotes, de nacionalidade alemã, que marcaram definitivamente o soerguimento religioso, e intelectual de Cruzeiro do Sul. São eles: Padres Aloisio Engel, Egon Engel, Rodolfo Lenzbach, Afonso Kasper, José Schneider, Luiz Vorstheim, Guilherme Kuster, José Heinrich, João Klefner, Francisco Beffort, José Bischoffbercer, Geraldo Hartman, Henrique Klein, Cornélio Knibler, João Hospel e os prestimosos e insubstituíveis irmãos leigos Ansgar, Hettgen Marcos Marcward, Hermann, José e Tobias Schaffratt. Todos esses sacerdotes foram espalhados pelas diversas paróquias da Prelazia e cumpriram ou estão cumprindo ainda, religiosa e concensosamente o seu dever em face da Igreja de nossa Pátria, a quem eles consagraram o melhor de suas vidas.

“Tratando-se porem de cincoentenário de Cruzeiro do Sul, devemos salientar dentre eles, alguns nomes: o Padre Aloísio Engel, operoso, sábio, de iniciativas brilhantes foi o grande organizador

da mocidade cruzeirense. O Padre Kleffner, cuja bondade inalte-ravel era o encanto dos que com ele tratavam, foi durante vários anos Vigário de Cruzeiro do Sul, percorrendo incansavelmente os rios de sua Paróquia derramando, por toda a parte e indistintamente, o bálsamo de sua piedade e de seu delicado coração”. “Nesse contacto invariavel com doentes e sãos é que contraiu o mal de Hansen, do qual, graças a Deus, se encontra restabelecido, espe-rando apenas a permissão do médico para reiniciar o seu labor apostólico. Ao Padre Henrique Klein, homem de tenacidade e energia invulgaes, foi confiado o destino da Prelazia do Alto Juruá, durante quase cinco anos, por morte de Sua Excia. Rvdma. D. Henrique Ritter a 20 de julho de 1942.”

A morte do primeiro Bispo e a do saudoso Pe. Agostinho Habercorn, bem como a chegada do Vigário Capitular e nomeação do novo Pároco de Cruzeiro do Sul, é por assim dizer, o *terminus* de uma primeira época religiosa da cidade.

A 27 de março de 1947 é eleito o novo Bispo do Alto Juruá, D. José Hascher que toma posse de sua Prelazia a 21 de novembro do mesmo ano. Conspícuo, prudente, circunspecto, bom, trabalhador in-fatigável, vem D. José Hascjer, de maneira suave e firme dirigindo a barca da Prelazia e como sua residência é Cruzeiro do Sul, a ninguém passa despercebida a sua ação benéfica. Sem esquecer os objetivos de seus antecessores, afirmando-os corroborando-os, D. José no entanto, tem volvido o máximo de sua atenção à questão do ensino convencido como está — o que é incontentável — de que a ação missionário na nossa região será sempre defeituosa e improficua, enquanto não for desbastada a ignorância de nossa gente. É por isso que ele insiste na manutenção de Escolas e na criação de muitas mais. É por isso que *Haec faciêdo e illa non omitêdo-a* tem sido sempre a pupila de seus olhos, o Instituto Santa Terezinha e a Escola Internato São José. É por isso que ele não hesitou em lançar no Ensino os dois sacerdotes novos, brasileiros Pe. Walter Júlio de Moraes e Cristovão Freire Arnaud, cuja chegada a Cruzeiro do Sul, 6 de fevereiro de 1948, coincidiu mais ou menos com a sua.

O Instituto Santa Terezinha começou a existir com o advento de 3 Religiosas Dominicanas, Irmã Adelgundes Becker, Irmã Atanásia Weber e Irmã Desiboda Strasser. Essas Irmãs iniciaram a sua ação pelos alicerces.

A força de trabalho, constância e paciência conseguiram abrir uma Escola Primária com Internato e Externato que tem progredido. Em 1946 iniciaram elas uma Escola Normal Particular oficializada depois, que pode subsistir durante sete anos, graças à ajuda inesti-

mavel dos Revdos. Padres Walter Júlio de Moraes e Cristovão Freire Arnaud. Hoje, essa Escola Normal, podendo já contar com professores saídos do seu próprio grêmio, pode dispensar a ação desses dois sacerdotes abnegados que ora despendem a sua atividade noutro setores.

O Instituto Santa Terezinha recebeu ultimamente uma vigorosa injeção de "sangue novo" com a chegada de mais quatro Irmãs Dominicanas que já se acham enfronhadas na labuta, e funciona hoje em magnífico prédio próprio, obra incontestemente da tenacidade, firmeza e perseverança de D. José Wascher, coadjuvado pelos incansáveis irmãos leigos Marcos, José, Ansgar e Eulógio com o valioso apoio do Governo da União e do Território e com a cooperação sempre cavaleiresca dos Prefeitos do Município.

A Escola Internato São José teve as suas raízes como dissemos, no zelo constante do Pe. Henrique Schummer.

A largou-se sob as vistas do Pe. Aloísio Engel, e mais tarde do Pe. Henrique Klein. Todavia a multiplicidade de ocupação do pessoal docente e dirigente, fazia-se sentir no pequeno número de alunos a irregularidade das aulas. Chega a Cruzeiro do Sul D. José Hascher que confia os destinos da Escola São José ao Pe. Cristovão Freire Arnaud que, imune de outras ocupações, pode dedicar-se inteiramente ao Ensino. A Escola foi logo ampliada com um Externato e o número de alunos que não passara de 20 elevou-se a quase uma centena, e, dados os pedidos de matrícula a mais se elevaria se pudesse ampliar também o corpo docente. Em acomodações precárias ainda, a Escola São José continua sonhando com um edifício amplo, arejado, iluminado, apto a satisfazer todas as exigências modernas do Ensino. Neste sentido, ela aqui deixa o seu apelo a seu Bispo, ao Governo, ao Município e aos pais dos alunos.

A Escola também não pode esquecer três nomes, que embora transitoriamente, lhe emprestaram suas forças, sua ciência, seu trabalho e sua abnegação: Pe. Walter Júlio de Moraes, Pe. Noberto Gutthoffe, Snr. Bráulio Gadelha da Costa.

Coroando hoje, a operosidade dos Padres do Espírito Santo em Cruzeiro do Sul, estão no Rio de Janeiro, 8 alunos, filhos humildes desta terra, cursando estudos superiores em ascensão ao Sacerdócio, e Cruzeiro do Sul celebrando o seu cincoentenário, teve a honrosa surpresa de assistir, em cerimônia nunca vista na região, à ordenação sacerdotal de um deles, Pe. Raimundo Gonça'ves, no dia 14 de agosto, vésperas de celebrar a sua padroeira Nossa Senhora da Glória.

Não podemos silenciar quanto ao trabalho paroquial de Cruzeiro do Sul, sob a direção do Vigário, Pe. Egon Engel, que vitalizou as Associações Religiosas, o esplendor do Culto, a assistência e amparo de dezenas de capelas, filiais da Matriz, o Ensino Religioso ministrado eficientemente.

No Setor Primário, existem as seguintes escolas:

ZONA	ESTADUAIS	MUNICI- PAIS	PARTICU- LARES	TOTAL
Rural	45	24	45	114
Urbana	11	—	4	15

As Escolas possuem instalações precárias e deficiência de material didático.

A maioria do professorado primário é leiga, com instrução elementar. Participam anualmente de um curso de férias (atualização), promovido pela Secretaria de Educação e PAMP. Somente as Escolas da cidade e de algumas Vilas, possuem professores com um curso normal e uma minoria com nível pedagógico.

Na cidade há 1 inspetoria e 4 supervisoras de Ensino, que fizeram curso para supervisoras pela PAMP.

É grande a evasão na zona rural, por falta de recursos dos pais e por não reconhecerem dados precisos sobre o índice de analfabetismo no Município, mas calcula-se em mais de 70%.

Ensino primário em Cruzeiro do Sul, tem as seguintes características:

Número de crianças de 7 a 14 anos	12.170
Número de crianças que frequentam regularmente as escolas no ano letivo de 1970	7.081
Número de crianças matriculadas em 1971	7.469
Número de prédios escolares	44
Número de salas de aulas	128
Número de professores estaduais	284
Número de professores municipais	69
Com curso regular	zero
Sem curso regular	69
Pertencentes ao quadro da Prefeitura	13
Em exercício	13
Afastados (licença)	1
Contratados pela Prefeitura	56
Em exercício	56
Afastados	0
Usa os recursos do Fundo de Construção dos Municípios	

O valor do salário mínimo da Região é de Cr\$ 134,40.

Proporcionalmente ao número de aulas dadas, o menor salário pago mensalmente é de Cr\$ 60,00 por 80 horas de aula.

5.1. — *Estabelecimentos de Ensino.*

5.1.1. — *Ensino Primário.*

5.1.1.1. — Escola Coronel Cantuária, situada na Linha do Remanso.

5.1.1.2. — Escola Justiniano de Serpa, situada em Vila Thaumaturgo.

5.1.1.3. — Escola Freire de Carvalho, situada em Mâncio Lima (Japiim).

5.1.1.4. — Escola Margarida Pedreira, situada em Nova Cintra (Rio Ju uá).

5.1.1.5. — Grupo Escolar Dr. Valério Caldas Magalhães, situado na cidade.
na cidade.

5.1.1.6. — Grupo Escolar Comte. Braz de Aguiar, situado

5.1.1.7. — Escola Hugo Carneiro, situada na Linha do Aeroporto.

5.1.1.8. — Escola Rodrigues Alves, situada no Bairro da Várzea.

5.1.1.9. — Escola Kidelmir Piedade, situada na Linha do Tiro.

5.1.2. — *Secundário.*

5.1.2.1. — *Ginásio Cruzeiroense “Craveiro Costa”*

Funcionários	Cargo	Contratado por
16	professor	Estado
1	insp.aluno	Estado
1	insp.aluno	Prefeitura
2	aux.secret.	Estado
Total — 20		

Grau de Instrução dos Professores

N.º de elementos	Grau de Instrução
7	Pedagógico
1	Ginásio Regional
1	Registro em Português
2	Curso Científico
1	Madureza
1	Seminarista — 3.º ano
1	Registro em História
1	Universitário
1	Cursando o Técnico

5.1.2.2. — Colégio Comercial “Professor Flodoardo Cabral”

N.º de elementos	Grau de Instrução	Matérias
2	Fac. Filosofia	Cultura Geral
7	Curso Téc.Cont.	Técnicas
1	Pedagógico	Cultura Geral

5.2. — *Teatro*

5.2.1. — *Teatro Infantil* — Há na Cidade de Cruzeiro do Sul um grupo de Teatro Infantil Escolar, que tem levado a cena algumas peças, desde 1963.

5.2.2. — *Teatro Amador* — Há interesse e já foram levadas a cena algumas peças no Teatro Municipal José de Alencar, prédio da atual Rádio Difusora.

5.2.3. — *Rádio Difusão* — Rádio Difusora Cruzeiro do Sul — A voz dos Nauas, fundada em 1960, localizada na Praça da Bandeira, s/n. É seu Diretor Orcetti Gomes do Valle.

5.3. — *Maçonaria* — Loja Maçônica Fraternidade Acreana, fundada em 19/13/1909, a qual congrega 89 Irmãos Maçons. Reunião aos sábados; é filiada ao Grande Oriente do Brasil, segue o Rito escocês antigo e aceito. Sua Sede: Avenida 17 de novembro, s/n. Capitula e congrega duas lojas: Fraternidade Acreana e Vanguardeiros do Juruá. Mantem a Escola Pública “Thomé Rodrigues” (Fundador da Maçonaria no Acre) e o Governo Estadual fornece os professores e funcionários. Abriga 120 alunos no Curso Primário. A Fraternidade Acreana fundou a Santa Casa de Misericórdia de Cruzeiro do Sul, fundada em 1920. Os maçons de Cruzeiro do Sul foram os doadores do sino e das portas da antiga Catedral.

5.4. — *Clubes de Serviço*

5.4.1. — Rotary (encontra-se em processo de organização).

5.5. — Historiadores e Cronistas locais.

5.5.1. — *JOÃO TIBÚRCIO DA SILVA.*

Depoimento verbal de JOÃO TIBÚRCIO DA SILVA, nascido em Quixerámobim, Ceará, em 9 de outubro de 1896, bastante lúcido, declarou ser filho de Tibúrcio Valeriano da Silva e de D. Anna Liberalina do Amor Divino, decendente do Marquês de Cachoeira. É casado com D. Maria Madalena de Castro, o casal tem 8 filhos e 16 netos. Chegou a Cruzeiro do Sul aos 8 anos e lembra-se quando o Gen. Thaumaturgo, para fundar a cidade acampou na margem direita do Rio Juruá, em frente a embocadura do Rio Moa no sítio denominado Seringal Buritizal de propriedade de um português seu amigo Zeferino. Declarou ainda que o Gen. Thaumaturgo era muito bom, enérgico, amigo dos humildes e das crianças, que o afagou muitas vezes. Servia uma vez por semana a merenda escolar e dava roupa as crianças pobres que não as tinham. Que o primeiro ato de Gregório Thaumaturgo foi fundar a

Escola, a qual frequentou. Depois fundou o jornal e em 28 de setembro de 1904, organizou a Usina Elétrica, que mandara vir em 1903. Declarou, ainda, que lembra-se que índios que habitavam a região eram NAUAS, mansos. Por aqui a Proteção ao Índio era bala de rifle para os que não eram pacíficos, tais como: POIANAUAS, que habitavam perto do Seringal República na Serra do Rio Mõa. Lembra-se também de outros NUCUININS, JAMINAUAS, CAXINAUAS, ARARAS, AMAUACOS, CONOMORIS. Os NAUAS, como foi dito, eram pacíficos e habitavam no chamado Estirão dos Nauas, atualmente Colônia Rodrigues Alves. Declarou ainda que o Município tem tal nome, para reverenciar a Constalação do Cruzeiro do Sul, e foi escolhido pelo Gen. Thaumaturgo. O mesmo instalou na cidade Observatório Astronômico em 1904, posteriormente em 1926 José Astrogésimo de Vasconcellos levou toda a aparelhagem, que era de procedência alemã e boa qualidade e a vendeu em Manaus e embolsou o dinheiro.

5.5.2. — JOSÉ MARIANO DA SILVA.

Quando chegamos a Cruzeiro do Sul, procuramos manter contato com José Mariano da Silva, que entretanto não pode nos receber, por se achar acamado. Dois dias depois foi tratar-se em Rio Branco, posteriormente na Guanabara, vindo a falecer em princípios de 1972. Os dados que abaixo reproduzimos, foram fornecidos gentilmente pe'a Prof.^a Isete Coelho Mariano, sua filha.

Em 13 de maio de 1897, nasceu em Aracati, Ceará, José Mariano da Silva, filho de Antônio Mariano da Silva e de D. Vitalina Coelho Mariano da Silva. Casou-se em 1932, com D. Adalgisa Maria da Silva, pais de:

1. — Giselda Mariano da Silva, casou-se com Gutemberg Araújo Sampaio, pais de:

- 1.1. — Adalgisa Mariano Coelho Sampaio
- 1.2. — João Gutemberg Mariano Araújo Sampaio
- 1.3. — Francisco Ulisses Mariano Sampaio
- 1.4. — Antônio Carlos Mariano Sampaio
- 1.5. — Plácida Maria Mariano Sampaio.

2. — Izalda Mariano Coelho Rabello, casou-se com Manuel Nogueira Rabello, pais de:

- 2.1. — Gesualda Mariano Coelho Rabello
- 2.2. — João Mariano da Silva Neto
- 2.3. — Giosete Mariano Coelho (solteira)
- 2.4. — Isete Coelho Mariano (solteira).

3. — Gilelia Mariano Coelho Mora, casou-se com Adamor Fernando Mora, Pais de:

- 3.1. — Soraia Maria Coelho Mora.
- 3.2. — Marcelo Mariano Coelho Mora.
4. — Olegário Mariano da Silva, casou-se com Ivete Mariano da Silva (sem filhos).
5. — Iselia Mariano Coelho (solteira).
6. — Enice Mariano Coelho (solteira).

JOSÉ MARIANO DA SILVA, saiu aos 7 anos de sua terra natal, porem só chegou a Cruzeiro do Sul aos 10 anos (1907). Aos 7 anos, tomava conta do rebanho do tio com quem morava. Foi comerciante. Aprendeu a ler aos 6 anos, após frequentar nas um mês de aula na escola do seringal, e todo o resto que sabia, foi fruto do esforço pessoal de autodidata. Enviuvou em 23 de janeiro de 1943, ficando com oito filhos, sendo o caçula com 8 meses. Quando faleceu a esposa, tirou do caixão 8 rosas para presentear os filhos órfãos. Viveu em Eirunepe (ex-São Felipe) no Amazonas. Foi professor, Presidente da Associação Rural, rábula (advogava os presos pobres) e finalmente jornalista. Aposentado do Estado, dirigiu dois jornais *O Rebate* e *O Juruá*. Rejeitou por duas vezes a prefeitura e não quis ser deputado, o homem que alem de Editar dois jornais, lia-os para os analfabetos.

6. — *Fontes impressas sobre Cruzeiro do Sul.*

6.1. — *Amazônia* de Manuel Onofre.

6.2. — *O Rebate* — fundado por Antônio Alves Magalhães com o maquinário do Juruense em 1922, posteriormente adquirido por João Mariano.

6.3. — *Terras Caidas* de José Potiguara, 2.^a edição de 1961.

6.4. — *Coisas do Acre* de Nelson Corrêia de Oliveira — 1932.

6.5. — *Enciclopedia dos Municípios* — Mapa Municipal página 231 do volume I — Fotos nas páginas 156 e 158 do volume I e texto nas páginas 57 e 61.

6.6. — J.G. de Araújo Jorge, embora filho de Tarauacá, escreveu sobre Cruzeiro do Sul.

*

A IMPRENSA EM CRUZEIRO DO SUL. JORNAIS E FONTES IMPRESSAS SOBRE CRUZEIRO DO SUL.

Comemorando, em 19/07/1971 o cincoentenário de *O REBATE* fez um ligeiro relato da imprensa da cidade, sendo de notar que dias antes de ser fundada a cidade, circulava o primeiro jornal, no alto Juruá, seringal Minas Gerais, local que depois tomou o nome de Vila Thaumaturgo:

1. — *O PROGRESSO* — Cujo primeiro número circulou a 7 de setembro de 1904, no local acima citado, tendo o seu último número em 30 de setembro do ano seguinte.

2. — O CRUZEIRO DO SUL — Órgão oficial, fundado pelo então Prefeito Cel. Gregório Thaumaturgo de Azevedo, verificando-se o seu primeiro número em 3 de março de 1906 e o último em 10 de março de 1918. As suas colunas foram abrilhantadas por Fran Pacheco, Belisário de Souza Filho, João Craveiro Costa, João Alfredo de Mendonça, Manoel do Vale e Silva, Olegário da Luz Castro, Esmeraldo Coelho e muitos outros.

3. — O RIO JURUÁ — Publicado em Vila Thaumaturgo, de 5 de janeiro a 6 de março de 1907. Seminário literário e humorístico.

4. — O ALHO — Janeiro de 1908 a 7 de setembro do mesmo ano.

5. — O MIMO — Ainda em Vila Thaumaturgo, de 11 de julho de 1909 a 30 de janeiro de 1910. Tendo como redatores: Leôncio Louzada, João Medeiros, Alexandre Sussuarana e José Castelo Branco.

6. — O ESTADO — Fundado em 1915 por João Craveiro da Costa, Mâncio Lima e Demétrio de Toledo Lima, órgão do Partido Autonomista, circulou semanalmente até 1961.

7. — O JURUÁ — Fundado em 1915 por Francisco Pereira da Silva o “Pereirinha”, que posteriormente o vendeu a José Mariano da Silva, que o reformulou e deu-lhe outro nome.

8. — O CORREIO DO JURUÁ — Iniciando-se em 7 de março de 1916, deixava de circular no ano seguinte, não se sabendo o mês e o dia. Teve como Diretores Francisco Pereira e Homóbono de Figueiredo.

9. — O ALTO JURUÁ — Publicado de 12 de agosto a 30 de setembro de 1913.

10. — A NOTÍCIA — De 17 de janeiro a 7 de fevereiro de 1915, teve como redator Odilon Augusto de Moura, jornalista que abrilhantou a imprensa de quase todos os Estados do Brasil, ou seja do Rio Grande do Sul, onde residiu por espaço de 40 anos e onde faleceu. Foi Diretor da Imprensa Oficial.

11. — O JURUAENSE — Publicado de 24 de fevereiro de 1916 a 11 de fevereiro de 1923; foi seu Diretor Francisco Pereira da Silva e Redatores entre outros Odilon de Moura e Joaquim Manuel Nascimento e Silva.

12. — A LUZ — Circularam 10 números de fevereiro a julho de 1916.

13. — O IDEAL — O primeiro número circulou em 12 de março de 1916 e terminou a sua primeira fase em 22 de julho do mesmo ano, tendo ressurgido no ano seguinte em 5 de agosto, sob a direção de Júlio Sussuarana com poucas edições.

14. — O ESTADO — Fundado por João Craveiro Costa, teve o seu primeiro número em 12 de agosto de 1916. Foi órgão do

Partido Autonomista do Alto Juruá e em 1932, ao retirar-se Craiveiro Costa, do Acre, sucedeu-o na Direção do Jornal Odilon Augusto de Moura, não se sabendo ao certo quando circulara o último número.

15 — O BACURAU — Humorístico, crítico e literário, sob a direção de Eulélio Treófilo, teve a circulação iniciada em 3 de setembro de 1910 suspendendo-a no mesmo ano.

16. — A ORCHIDEA — Revista mensal lítero-humorística dirigida por Francisco Pereira da Silva, publicada de 8 de abril a 10 de junho de 1917.

17. — A METRALHA — Quinzenário sob a direção de Antônio Alves de Magalhães publicando 16 números, de 21 de dezembro a 31 de julho de 1918.

18. — CINE-JORNAL — Humorístico e literário dirigido por Francisco Pinheiro circulou a 11 de outubro de 1918 a 1 de maio de 1920.

19. — A ALVORADA — Circulação dividida em duas fases: primeira de 28 de 1918 a 1.º de janeiro de 1921; tendo a segunda fase iniciada em 24 de junho de 1922. Fora dirigida por João Correia Neto, Raimundo Augusto de Araújo, Nelson Ribeiro, Antônio de Lima e João Theófilo. Não se sabendo quando deixou de circular.

20. — O MOMENTO — Teve o seu primeiro número em 22 de julho de 1920 e o último a 4 de novembro do mesmo ano.

21. — O INDEPENDENTE — 1 de junho de 1920 a 10 de outubro do mesmo ano; sendo dirigido por Manoel Pinheiro de Abreu, conhecido por Padué Pinheiro.

22. — O REBATE — que completou cinquenta anos de circulação na cidade, fundado em 19 de junho de 1921, esteve até o seu número 16 sob a direção de Eulélio Theófilo, quando passou para a direção de Antonio Alves de Magalhães, que em 1946 vendeu-o ao atual diretor e outros associados, ficando logo depois sob a propriedade e direção daquele.

23. — O THAUMATURGO — Circularam apenas cinco números de 7 de setembro a 1 de outubro de 1922.

24. — JORNAL DO COMÉRCIO — Sob a direção de Antônio de Hollanda tivera o seu primeiro número em 29 de junho de 1923. Não se sabendo quando terminou, no entanto não deve ter circulado muitos números.

25. — O RIO JURUÁ — propriedade de João Pinheiro de Abreu e direção de Manuel Pinheiro de Abreu (Padué)

26. — O CLARIM — Sob a direção de Francisco Thaumaturgo, segundo parece circulara apenas um número e cuja data não se tem conhecimento.

27. — O JURUÁ — Fundado por Mariano em 31 de janeiro de 1953, ainda se encontra em circulação.

Além dos jornais citados, ainda circularam outros periódicos de efêmera existência, assim como duas revistas: VIA-LÁCTEA, em janeiro de 1926, sob a direção de Wenceslau Costa, trabalho importante — literário e noticioso; e a REVISTA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO DE CRUZEIRO DO SUL, trabalho que focalizou a situação local da época (1954) editada nas oficinas do Juruá.

7. — Informações suplementares

7.1. — *Monumentos de Cruzeiro do Sul* — Praça Visconde do Rio Branco:

7.1.1. — Busto de Mâncio Agostinho Rodrigues Lima (Intendente).

7.1.2. — Busto do Gen. Gregório Thaumaturgo de Azevedo (Fundador da cidade, está sobre o Marco de Fundação da Cidade).

7.1.3. — Obelisco a João Pessoa na Praça do mesmo nome.

7.2. — *Representação da Colônia Sírio-Libanesa em Cruzeiro do Sul*

7.2.1. — Alfredo Said Dene — Sírio — nasceu em Saida

7.2.2. — Mamede Camili — Libanês — nasceu em Beirute

7.2.3. — Said Assen — Sírio — nasceu em Ilha de Praued Paued Paned

7.2.4. — Said Almeida Tobu, nome brasileiro de Armed-sírio — nasceu em Trípoli

7.2.5. — Mustafá Almeida Tobu, nome brasileiro de Armed — sírio — nasceu em Trípoli

7.2.6. — Ibrahim Murad — brasileiro, filho de sírio

7.2.7. — Jamil Nemen Jereissati — libanês, nascido em ZAHLE, fornecedor destas notas, lembra-se com saudades de ZAHLE, cidade montanhosa no interior da Síria, banhada pelo rio ALUED, 13/05/1990. Fez o primário e o ginásio em ZAHLE. Chegou em Fortaleza com seus familiares em 1930. Em 11/01/1936 casou-se com D. Alice Bellache Jereissati. Transferiu-se para Cruzeiro do Sul em 1946.

7.3. — *Folclore*.

7.3.1. — Dona Maria Pinto — analfabeta, 60 anos, mora no Asilo Vicentino; recorta araras, cachorro, gato, jacaré e flores em restos de folhas de Flanders e pinta.

7.3.2. — Dona Maria Inês Correia — 42 anos, pinta e decora côco cheio de cocal (pinga). Mora perto do Hotel dos Viajantes.

7.3.3. — Janiano da Silva — 75 anos (falecido) em madeira, com um canivete, fazia gamela, pilão, colher e concha.

7.3.4. — Mara das Dores — 55 anos, serve café na Prefeitura Municipal; sabe fazer rede para pescar de tucum.

7.3.5. — Maria Conceição — 35 anos, sabe fazer rede para repouso em tucum.

7.3.6. — Ana de Tal — 38 anos — figuras de barro: humana, Saci-Pererê, Bicho Floreal (animal que se mela no mel depois se esfrega nas folhas, grudando-as pelo corpo e, assim mascarado, tenta esconder-se dos outros animais) que é representado por uma espécie de cachorro de orelhas de raposa, peixes, aves, etc. . .

7.3.7. — *Lendas e Crendices.*

Coqueiro das Almas: — quando um coqueiro fica sem folhas, seus frutos caem antes de amadurecer e seu proprietário o oferece às almas. Se o mesmo não morre e volta a produzir folhas e frutos, os mesmos são vendidos e com o dinheiro conseguido na venda são comprados velas e levadas a Igreja aonde são acesas em intenção das almas.

7.4. — *Festas Populares* — são as seguintes:

7.4.1. — *Novenário da Padroeira de Cruzeiro do Sul.*

A Padroeira de Cruzeiro do Sul, é Nossa Senhora da Glória. Sua festa realiza-se de 6 a 15 de agosto. A festa tem início dia 5 à tardinha com o hasteamento da bandeira branca bordada da Imagem de Nossa Senhora da Glória, ficando hasteada durante toda a novena. No último dia é arreada e guardada para o próximo ano. Esta cerimônia é assistida por autoridades civis e eclesiásticas. A novena é realizada diariamente das 19:30 às 20:15 horas na Matriz. Os Noitários pedem ao comércio prendas para a festa, que são leiloadas nas barracas que são armadas no Arraial (a Igreja cobra 10% sobre a renda bruta pelo local ocupado).

Alem das prendas conseguidas no comércio, são leiloadas iguarias, tais como: Pato no Tucupí, Galinha Cheia, Vatapá, Tacacá no Tucupí como folhas de Jambú (planta da família das Compostas — “*Wulffia Stenoglossa* (DC) Hub.) Tacacá — mingau de tapioca temperado com tucupí, camarão seco e pimenta.

Tucupí — tempero e molho de mandioca (suco leitoso da mandioca relada, obtido por compressão e que contem o veneno da planta. Evaporado ao sol ou no fogo esse líquido converte-se no molho tucupí).

Alem destas coisas, ha tambem as sortes que são executadas pelos estudantes, tais como: Correio Amoroso e a Cadeia com Carceragem. Os seringueiros trazem como prendas tabaco, peles de borracha, peles de animais e animais vivos. Os agricultores (o chamado pessoal das colônias) trazem porcos, galinhas, ovos e tartarugas.

7.4.2. — 7 de setembro.

O dia da Independência é bem comemorado na cidade, com solenidades cívicas e outras programações.

7.4.3. — 28 de setembro.

Efeméride da cidade de Cruzeiro do Sul, também é festejada com grande alegria. É tradicional nesta data, desfile escolar, com apresentação de balisas.

7.5. — *Clubes de Cruzeiro do Sul.*

7.5.1. — Juruá Esporte Clube.

Local — Av. Rodrigues Alves, s/n.

Fundação — 5 de abril de 1941.

7.5.2. — Cruzeiro Ideal Esporte Clube.

Local — sem sede.

Fundação — 4 de março de 1937.

7.5.3. — União Cooperativa Centro Operário.

Local — Av. Getúlio Vargas, s/n.

Fundação — por volta de 1960.

7.5.4. — Nauas Futebol Clube.

Local — Av. Getúlio Vargas, s/n.

Fundação — 19 de outubro de 1923.

7.5.5. — América Futebol Clube.

Local — sem sede.

Fundação — 1964.

7.6. — *Organizações sociais* — São várias as organizações de caráter social.

7.6.1. — Organizações de classe.

7.6.1.1. — Centro Operário Beneficente.

7.6.1.2. — Sindicato Rural de Cruzeiro do Sul.

7.6.1.3. — Cooperativa Agrícola Mista de Cruzeiro do Sul.

7.6.1.4. — Associação Comercial do Alto Juruá.

7.6.2. — *Assistência Social.*

7.6.2.1. — Fundação São Judas Tadeu.

7.6.2.2. — Fundação Nossa Senhora de Nazaré.

7.6.2.3. — Fundação Rosinha Sena.

7.6.2.4. — Sociedade São Vicente de Paula.

7.6.2.5. — Sociedade de Assistência aos Lázaros, que mantém o "Educandário Cruzeiro do Sul" — internato dos filhos dos hansenianos, com mais de 70 menores.

7.8. — *Cooperativismo.*

7.8.1. — Cooperativa Agrícola de Cruzeiro do Sul, organizada pelo Dr. José Pererira, em 1937, com 80 cooperados, teve duração efêmera.

7.8.2. — Cooperativa dos Seringalistas, organizada por Bento Soares com 2000 associados, funcionou de 1939 até 1950. Tal era sua situação econômica que teve rebocador próprio (Reboca-

dor RIO-MAUÁ). Bento Soares arrebanhou tal número de associados, face ser líder carismático, pois consta que havia recebido ordens de São João Batista, que lhe havia aparecido no Igarapé. Posteriormente a sociedade entrou em declínio, tendo então tomado a frente dos destinos da sociedade João Gomes, que a reorganizou sob as ordens de São Pedro, que segundo ele apareceu-lhe andando por sobre as águas do Rio Ju uá pedindo que tomasse conta “dela e a levasse a frente”. Finalmente entrou em liquidação em 1950, sem orientação de santo algum.

7.8.3. — Cooperativa Agrícola Mista de Cruzeiro do Sul Limitada, organizada em 1960, conta com 180 associados atualmente, entretanto, já constou de seu quadro social 528 pessoas. No momento está em fase de reorganização, após crise econômica. Possui registros legais. Seu Presidente é: Djalma Hortêncio de Souza. Endereço: Boulevard Thaumaturgo de Azevedo, s/n.

7.9. — *Sindicalismo*.

7.9.1. — Sindicato União Agrícola de Cruzeiro do Sul fundado em 28/09/1926 depois transformado em Associação Rural e posteriormente em Sindicato Rural, conta com 100 associados.

7.10. — *Bancos*.

7.10.1. — Banco do Brasil S/A, Agência desde 01/03/1943.

7.10.2. — Banco da Amazônia S/A (BASA) — Agência desde 02/07/53.

7.11. — *Lugares Pitorescos*.

7.11.1. — Igarapé Preto — Balneário situado a 11 km. da cidade, na Estrada de Cruzeiro do Sul a Japiim — Serviço de bar — Franqueado ao Público.

7.11.2. — Igarapé Formoso — Balneário (Particular). Situado a 4 km. da cidade, na Estrada de Cruzeiro do Sul a Formoso, no sítio Formoso de Jamil Jereissati.

7.11.3. — Igarapé do Sacado — Balneário (Público), situado a 14 km. da cidade, na Estrada de Cruzeiro do Sul a Alemanha, já no Estado do Amazonas.

7.11.4. — Igarapé do Tiro ao Alvo — Balneário (público) situado a 5 km. da cidade, na Estrada de Cruzeiro do Sul a Colocação São José.

*

CRONOLOGIA DAS EFEMÉRIDES QUE SE RELACIONAM COM A HISTÓRIA DO JURUÁ FEDERAL.

1560. — Segundo historiadores, é assassinado por dois companheiros, na bacia do Juruá, o explorador andino Pedro de Ursúa e sua mulher Inez.

1568. — Pelo vigário José Monteiro de Noronha, é narrada a versão de índios de cauda, no Juruá. A referida versão é posta em foco ainda, outra vez, em 1847, pelo naturalista CASTELNAU (20).
1857. — O diretor de índios João da Cunha Correia, faz a primeira expedição no alto Juruá e alcança a confluência do Juruá-Mirim.
1867. — O geógrafo ingles, Willian Chandless, faz a primeira exploração científica no Juruá chegando até a foz do Campinas.
1870. — Segundo narração do Pe. Dr. Constantino Testevin, terrível epidemia dizima os índios que habitavam o local onde hoje se acha a cidade de Cruzeiro do Sul, obrigando os remanecentes buscarem o Perú através dos altos rios.
1870. — Penetração brasileira no alto Juruá alcança as barras do Amônea e do Tejo.
1872. — Exploração científica, por Augusto Hiliges e Lopes Neto, alcançando a foz do Breu, cujo curso ficou servido de limites entre o Perú e o Brasil.
1877. — Levas de nordestinos, acossados pelas secas naquela região, buscam os altos rios da Amazônia, completando assim o povoamento do alto Juruá.
1889. — O *Mundurucús*, primeiro barco a vapor que sulcou as águas da região, regressa do lugar que tomou o seu nome, muito acima da cidade. No baixo Juruá a navegação fora iniciada pelo vapor *Jurupecem* em 1870.
- 1891 — Balduino de Oliveira e João Dourado, chefiando uma expedição, expulsam os peruanos, subindo o Juruá até a foz do Dourado, no Perú.
- 21/10/1902 — Brasileiros, sob a direção de Carlos Eugênio Chauvin, expulsam os peruanos que se haviam estabelecido na foz do Amônea, território explorado pelos brasileiros.
- 15/11/1902 — Os peruanos, tendo à frente Carlos Vasques Quadra, voltam à foz do Amônea, acampando em Minas Gerais, instalando um posto militar e uma repartição aduaneira, dando ao lugar o nome de NUEVO IQUITOS, atual Vila Thaumaturgo.
- 07/09/1904 — Circula o primeiro número do Jornal *O Progresso*, editado no Amônea.
- 07/09/1904 — Pelo Decreto Federal n.º 5.188, que deu a primeira organização ao território do Acre, é criado o Departamento do Alto Juruá.

(20). — CASTELNAU (FRANCIS DE LA PORTE — Conde) (1812-1888). Naturalista frances nasceu em Londres, viajou pelas Américas.

- 12/09/1904 — O Prefeito Gregório Thaumaturgo de Azevedo inaugura a sede provisória do Departamento do Alto Juruá, no lugar “INVENCIVEL”, na foz do rio Moa.
- 28/09/1904 — NO LUGAR “CENTRO BRASILEIRO” PROPRIEDADE ADQUIRIDA DE ANTÔNIO MARQUES DE MENEZES, É FUNDADA POR GREGÓRIO THAUMATURGO DE AZEVEDO A SEDE DEFINITIVA DO DEPARTAMENTO DO ALTO JURUA, COM O NOME DE CRUZEIRO DO SUL.
- 04/11/1904 — São apisionados por forças brasileiras do 15.o Batalhão de Fronteiras, sob as ordens do Ten. Guapindaia de Souza Bregense, o cobrador de impostos peruanos Alferes Manoel Severo Ramirez e os soldados que o acompanhavam. Os prisioneiros eram funcionários do Posto Militar peruano de Nuevo Iquitos, atual Vila Thaumaturgo.
- 05/11/1904 — Após um combate que durou 22 horas de cerrado fogo, soldados do 15.o Batalhão de Fronteiras reunidos aos seringueiros do local, são derrotadas as forças peruanas do Posto Militar do Amônea, sendo as perdas — nove peruanos mortos e vários feridos; um brasileiro morto e diversos feridos.
- 08/11/1904 — É instalado o Posto Fiscal Brasileiro na foz do Amônea.
- 01/01/1905 — Fundação de Vila Thaumaturgo.
- 03/05/1905 — Criação das Vilas Andrada e Feijó, hoje cidade Tarauacá e Feijó.
- 03/05/1906 — Inauguração da Luz Elétrica e circula o primeiro número do jornal — CRUZEIRO DO SUL — órgão oficial.
- 31/05/1906 — Cruzeiro do Sul elevada a categoria de Cidade.
- 19/12/1907 — Fundação da loja Maçônica.
- 01/02/1908 — Inauguração do Liceu Afonso Pena, que foi extinto em 30/06/1911.
- 06/06/1909 — Fundação do Centro Operário Beneficente.
- 08/09/1909 — Tratado de limites com o Perú.
- 01/06/1910 — É deposto pela revolução autonomista, o Prefeito João Cordeiro. O governo autonomista durou 100 dias.
- 28/09/1911 — O Prefeito Pedro Avelino inaugura o Mercado Público.
- 21/06/1912 — Inauguração da 1.ª estação telegráfica de ondas largas.
- 13/06/1912 — Chega o Engenheiro Alberto Masô para fazer o levantamento e o mapa da região.
- 07/09/1912 — Inauguração do cais do porto.

- 28/09/1912 — Inauguração do obelisco comemorativo da cidade e que foi reformado em 28/09/1931.
- 23/10/1912 — Criação do Departamento de Tarauacá.
- 13/02/1913 — Instala-se a Intendência com o nome de Cruzeiro do Sul.
- 12/03/1913 — Instalação do Tribunal de Apelação na cidade, sendo Presidente e Desembargador Elizário Távora onde mais tardé falecerá.
- 24/05/1913 — Instalação do 1.º Conselho Municipal.
- 06/08/1916 — TEM INÍCIO O PRIMEIRO NOVENÁRIO DE N.S. DA GLÓRIA, PADROEIRA DA CIDADE. Primeira Guerra Mundial — Apresentaram-se dois voluntários: João Tibúrcio da Silva (21) e Francisco Valeriano da Silva, porém não foram aproveitados.
- 28/09/1920 — Inaugura-se a atual Cadeia Pública.
- 06/03/1921 — Visita do Governador Epaminondas Jácome.
- 03/09/1923 — Falece na cidade o Cel. Absolon Moreira.
- 19/08/1923 — Falece o Vogal Alfredo Teles.
- 02/09/1923 — Fundação da União Agrícola do Juruá.
- 28/08/1924 — Fundação da Santa Casa de Misericórdia.
- 15/08/1926 — Inauguração da Igreja de N.S. da Glória, cujo início de construção data de 1924.
- 09/20/1927 — Cria-se um abrigo para os leprosos, hoje, o atual Leprozário.
- 07/09/1931 — Falece em Belem o Cel. João Bussons.
- 14/07/1931 — Retira-se da cidade o Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho onde vivera muitos anos, com real proveito para a região.
- 24/10/1931 — Inaugura-se o obelisco em memória de João Pessoa.
- /1933 — Inaugura-se o Correio e Telégrafo.
- 06/09/1934 — Falece em Alagoas, João Craveiro Costa, que na cidade viveu 16 anos, como Educador, político, jornalista e historiador.
- 14/10/1934 — Primeira eleição para deputados acreanos.
- 06/11/1935 — Inauguração da estação telegráfica de ondas curtas.
- 13/04/1936 — Chega a cidade D. Henrique Ritter, 1.º Bispo Prelado do Juruá.
- 11/05/1936 — Chega a cidade o engenheiro Pedro Moura, e técnicos para pesquisas de petróleo do Móa.
- 14/05/1939 — Chega o primeiro avião brasileiro “GETÚLIO VARGAS” do govêrno do Acre.
- 12/05/1942 — Falece o Maj. Odilon Augusto de Moura, jornalista e advogado de renome.

(21). — Vide seu depoimento em 5.5 Historiadores e Cronistas locais.

- 20/06/1942 — Falece em Manaus D. Henrique Ritter.
- 01/03/1943 — Inaugura-se a Agência do Banco do Brasil S.A.
- 01/01/1944 — O Município de Juruá passa a denominar-se município de Cruzeiro do Sul.
- 26/06/1944 — Realiza-se aqui o 1.º Tríduo Eucarístico no Acre.
- 18/10/1944 — Falece o Pe. Agostinho Haberkorn.
Segunda Guerra Mundial — Foram convocados pela classe 80 filhos de Cruzeiro do Sul, que seguiram até Manaus, onde foram inspecionados no 27.º Batalhão de Caçadores, dispensados e considerados SOLDADOS DA BARRACA, para trabalharem em área considerada de guerra pela colaboração no Esforço de Guerra. Combataram no Teatro de Operações de Guerra na Itália só dois: Euríbiades Rodrigues de Carvalho e Nicomedes Corrêa Lima.
- 18/06/1947 — Batismo com água do Juruá, do avião "JURUÁ" em presença do Governador que o havia adquirido para a ligação inter-Municipal, pelo deputado acreano José Guimard dos Santos.
- 07/08/1947 — Viagem inaugural do Correio Aéreo Nacional.
- 09/11/1947 — Chega a cidade D. José Hascher, 2.º Bispo prelado do Juruá, tendo grandiosa recepção.
- 12/01/1948 — Falece em Rio Branco o Prefeito da cidade, Alfredo Pereira Sales.
- 10/07/1948 — Falece no Rio, o seringueiro e comerciante Luiz Antônio Meirim Pedreira.
- 11/08/1949 — Inauguração do Grupo Escolar "Braz de Aguiar" e escola "Gov. Hugo Carneiro".
/1950 — Início da construção do prédio Instituto Santa Terezinha, pelo Rvmo. Sr. Bispo Prelado D. José Hascher.
- 27/07/1950 — Falece o coronel Mâncio Agostinho Rodrigues Lima, pioneiro do Juruá, figura de maior vulto nos meios sociais e políticos e cidadão benemérito do Município.
- 10/12/1950 — Cola Grau a 1.ª Turma de Normalistas do Colégio S. Terezinha, da cidade.
- 25/01/1951 — Inauguração da Linha Aérea da PANAIR DO BRASIL ligando Manaus a Cruzeiro do Sul.
- 09/02/1951 — Inauguração da Cruzeiro do Sul, Linha Aérea.
- 02/03/1952 — Falece o Dr. Mário Lobão, jornalista, farmacêutico e figura de alto relevo social, Prefeito por duas vezes.
- 02/03/1952 — Inauguração do Educandário Cruzeiro do Sul, com a presença de Da. Eunice Weaver.
- 20/08/1952 — Visita oficial do Dr. João Kubitschek de Figueiredo, Governador do Território, que foi até Vila Japiim.

- 31/01/1953 — Fundação do Jornal *O Juruá*.
02/03/1953 — Inauguração do Educandário Cruzeiro do Sul, com a presença de D. Maria Weaver.
02/08/1953 — Inauguração da Agência do Banco de Crédito da Amazônia S.A.
28/09/1954 — Inauguração dos bustos de Gregório Thaumaturgo de Azevedo e Cel. M. Agostinho Mâncio Rodrigues Lima.
28/09/1954 — Inauguração da Praça da Bandeira.
25/06/1956 — Viagem de uma equipe do INPA ao Alto Juruá até limites com Perú para estudos geológicos e zoológicos do município, chefiados por Dr. Lelewellyn Ivor Price.
27/04/1957 — Inauguração dos prédios do Aeroporto, Armazém do Porto, Correios e Telefones e Posto de Saúde Dr. Acrízio Bezerra.
15/08/1957 — Lançamento da Pedra Fundamental da Catedral de N. Sra. da Glória.
10/12/1957 — Criação do Ginásio Cruzeiroense.
08/07/1960 — Entra no ar pela 1.^a vez, em caráter experimental a Rádio Difusora de Cruzeiro do Sul.
29/11/1967 — Visita do Rei Leopoldo da Bélgica em excursão científica pela Amazônia. Visitou Cruzeiro do Sul, coletando e pesquisando a piscicultura local, especialmente no Igarapé São Salvador, que passa na Olaria e Sangrador da Foz do São Francisco.
março de 1969 — Começou a funcionar a Escola Técnica de Comércio “Prof. Floroardo Cabral”.
17/07/1969 — Instalação do 7.º BEC.
09/07/1971 — Instalação do *Campus* Avançado de Cruzeiro do Sul, da Universidade Estadual de Campinas.

* *

*

BIBLIOGRAFIA.

- ANDRADE (Eurico), *O Brasil não conhece Cruzeiro, Cruzeiro não conhece o Brasil*. Artigo publicado em “Realidade” de maio de 1970, pág. 193-208”.
- ARAUJO (Antonio José de), *Cartas do Acre* — Typ. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C. Rio de Janeiro, 1910.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA ao Produtores e Comerciantes de Borracha no Estado do Acre — Projeto SUDHEVEA n.º 1 AT/AC — Superintendência da Borracha — Rio, 1968.

- AZEVEDO (Thaumaturgo de), *O Acre, limites entre o Brasil e a Bolívia*
— & outros, *Memórias sobre os limites do Brasil*.
— *Primeiro Relatório da Prefeitura do Alto Juruá*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1905.
- BARBOSA (Rui), *Obras completas*.
- BARCELOS (Ramiro Frota), *Plácido de Castro*, BELS, Porto Alegre, 1973.
- BARROSO (Gustavo), Revista "O Cruzeiro" 13/09/52 *Segredos e Revelações da História do Brasil*.
- BARROSO (Maria Auxiliadora Bessa), *Dados sobre o Município de Cruzeiro do Sul*, Acre, 1969.
- BARSA —
- BAUM (Vicky), *A árvore que chora*, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1946.
- CARRETERAS TRANSAMAZONICAS — In VI Congresso Mundial de La Federación Internacional de Carreteras — Montreal, Canadá, Outubro, 1970.
- CARVALHO (Delgado de), *História Diplomática do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1959, pgs. 217/233.
- CASTRO (Genesco de), *O Estado Independente do Acre e José Plácido de Castro*.
- CASTELLO BRANCO (José Moreira Brandão), In *Descobrimento das terras da Região Acreana* — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1960.
- CASTELLO BRANCO (José Moreira Brandão Sobrinho), *O Juruá Federal, Território do Acre* — Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1930.
- CHAVES (Aveliro de Medeiros), *Exploração da hévea no Território Federal do Acre*, Rio de Janeiro, 1913.
- CONHEÇA O ACRE E SUA HISTÓRIA, D.G.E. — Acre, IV Edição, 1968.
- COSTA (Craveiro) & outros. *A conquista do Deserto Ocidental* — Editora Brasiliense — Anexo: *Aventura no Lago Amazônico — A Epopéia Acreana*.
- COSTA (Octavio), *Mundo sem Hemisfério*, Distribuidora Record. São Paulo, 1970.
- CUNHA (Euclides da), *Perú Versus Bolívia*.
- DIVISÃO TÉCNICA — SENAM — Cruzeiro do Sul, Acre, 1970.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS — IBGE — Rio de Janeiro.
- FERREIRA (Aurélio Buarque de Hollanda), *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1960.
- FERREIRA (Joarez), *Artigo em "O Cruzeiro" de 07/06/72. A Porta do Pacífico*, pag. 72 a 74.

- FREITAS (R. Dias de) (Coronel), In *Plácido de Castro e a integração do Acre ao Brasil* — Conferência realizada no Clube Militar, Rio de Janeiro, em 27/09/39, publicada no Almanaque da Parnaíba — Fortaleza-Ceará, 1949.
- GOMES (Raimundo Pimentel), *A conquista do Acre* — Ed. Melhoramentos, São Paulo, S/D.
- GUERRA (Antônio Teixeira), *Estudo Geográfico do Território do Acre* — Serviço Gráfico do IBGE — Série A — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação n.º 11 — Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1955.
- HERING (Rodolfo Von), *Diccionario dos animaes do Brasil*. In Boletim de Agricultura — Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1931 a 1936.
- LAUDELINO (Freire), *Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. A NOITE — Rio de Janeiro, 1940.
- LELLO UNIVERSAL —
- LIMA (Claudio de Araujo), *Plácido de Castro, um Caudilho contra o Imperialismo* — Editora Nacional, São Paulo, 1952.
- LIMA (José Vicente Vaz de) e Luiz Pompeo de Camargo — In *Dados sobre o Município de Cruzeiro do Sul*, no Estado do Acre. Campinas, SP. Julho, 1970.
- LINS (Álvaro), *Rio Branco*.
- LORETO, República do Perú — Sucessos políticos no Departamento de Loreto — Relatório do Ministério do Interior de 01/05/1897.
- MARINS (Francisco), *Território de Bravos* — Série Taquarapoca n.º VI, Editora Melhoramentos — São Paulo, 1969 (ver pág. 144).
- MEIRA (Sílvio de Bastos), *A epopéia do Acre — Batalha do Ouro Negro*. Distribuidora Record de Serviços de Imprensa Ltda. Enciclopédia Histórica — Vol. 13 — Rio de Janeiro, 1964.
- MENDES (Armando), *A borracha no Brasil*.
- MOOG (Clodomir Viana), *O Ciclo do Ouro Negro* — Rio de Janeiro, DELTA, 1966
- MOREIRA (Rangel), *Esboço Histórico de Nossas Questões de Fronteiras*.
- NOBRE (Freitas), *A epopéia Acreana* — Revista dos Tribunais. S.P., 1939.
- OLIVEIRA (José de Almeida), *Rondônia — Território Inexplorado — Estudo de área*, Território de Rondônia, 1969.
- ONOFRE (Manuel), *Amazônia — O papel decisivo do Marechal Thaumaturgo de Azevedo na Questão do Acre* — Gráfica Tupi Ltda. Editora Rio de Janeiro, Guanabara, 1968.

- PROBLEMÁTICA DA AMAZÔNIA** — Biblioteca do Exército —
Publicação 415 vol. 90 — Coleção General Benício —
Brasília, 1971.
- REIS** (Arthur Ferreira), *A Amazônia e a Cobiça Internacional*.
- RESENHA COMEMORATIVA DO CINQUENTENÁRIO** 28 de
setembro 1904/1954. Veneza Acreana — Cruzeiro do
Sul — Território do Acre — Editor José Mariano da Sil-
va.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRA-
SILEIRO** — vol. 207, ab. 1950 “O Gentio Acreano” vol.
225 out-dez. 1954 “O Rio Acre”
- RICARDO** (Cassiano), *Tratado de Petrópolis*.
- ROCHA** (Júlio), *Acre — Documentos para a história de sua ocu-
pação pelo Brasil*.
- SANTOS** (Rubens Rodrigues dos), Artigo “O Estado de São Pau-
lo”, 1954 — *Impressões de uma viagem ao Amazonas*.
- SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA** — Assistência Técnica
aos Produtores e Comerciantes da Borracha no Estado do
Acre — Projeto Sudhevea n.º 1 AT/AC — Rio, 1968.
- TOCANTINS** (Leandro), *Formação Histórica do Acre* — 3 volu-
mes — *O Rio Comanda a Vida* (Uma interpretação de
Amazônia). Editora Conquista — Rio, 1961.
— *Amazônia — Natureza, homem e tempo* — Editora
Conquista — Rio 1960.
- VIANA** (Hélio), *História das Fronteiras do Brasil* — Rio de Ja-
neiro, Laemmert, 1948.
- VIVEIROS** (Jerônimo de), *História do Comércio do Maranhão*
— 1896–1934 — São Luiz, Associação Comercial do Ma-
ranhão, 1964, 3 volumes. (nota-se nesta obra a presença
de cultura inglesa no Maranhão.)
- VISÃO** — 18/07/70 — (Revista) — Cruzeiro do Sul.